



Atividade Municipal

9 dezembro 2021 a
31 janeiro 2022

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ÍLHAVO

Deliberado
APRECIADA a informação.

25.2.2022 



Sessão da Assembleia Municipal de Ílhavo
25 fevereiro 2022



Atividade Municipal

9 dezembro 2021 a
31 janeiro 2022



Sessão da Assembleia Municipal de Ílhavo
25 fevereiro 2022

Índice

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL	2
INTRODUÇÃO	4
1. ATIVIDADES E AÇÕES DESENVOLVIDOS PELO EXECUTIVO MUNICIPAL.....	5
2. ATIVIDADE MUNICIPAL	9
2.1 SOCIAL, SAÚDE, FAMÍLIA E VOLUNTARIADO.....	10
2.2 CULTURA E CRIATIVIDADE.....	14
2.3 TURISMO, EVENTOS, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E LOCAL E INTERNACIONALIZAÇÃO	21
2.4 OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS MUNICIPAIS	28
2.5 COESÃO TERRITORIAL, PLANEAMENTO E URBANISMO	29
2.6 OBRAS PARTICULARES E REABILITAÇÃO URBANA	33
2.7 GESTÃO OPERACIONAL (FROTA, ARMAZÉNS, TRÂNSITO, SEGURANÇA RODOVIÁRIA SINALIZAÇÃO E TOPONÍMIA).....	36
2.8 PROTEÇÃO ANIMAL	39
2.9 CONTRAORDENAÇÕES E EXECUÇÕES FISCAIS.....	40
2.10 MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	43
2.11 ATENDIMENTO AO PÚBLICO	45
2.12 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO.....	46
2.13 JURÍDICO E CONTENCIOSO	49
3. INFORMAÇÃO FINANCEIRA	69
3.1 ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	69
3.2 ANÁLISE FINANCEIRA.....	72

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Em 2022, a Câmara Municipal de Ílhavo está focada em dois objetivos: atingir um novo patamar de execução, com novas receitas, e obter uma melhor gestão da despesa.

Temos o compromisso de aumentar a eficiência dos nossos serviços, para responder às necessidades da comunidade, que se apresenta mais vulnerável e exigente. Com efeito, para evoluirmos, temos de mudar a partir de dentro. Temos que nos transformar numa organização inovadora com a capacidade de estimular todos os setores, nomeadamente o social, a economia, a cultura e o ambiente – os quatro pilares da nossa governação para este ano de 2022.

Precisamos de avançar com a desmaterialização dos processos e transitar para o digital. Dar este passo exige tempo e formação. É necessário adquirir conhecimento e competências para o êxito coletivo das operações. É este o nosso caminho: aprender e evoluir, fazer de novo e fazer diferente, para liderar.

O investimento no âmbito tecnológico, nomeadamente em software e hardware, torna-se uma exigência nos serviços municipais, nas escolas, nos museus, nos armazéns e nas restantes dependências da autarquia. Neste sentido, uma grande operação de registo de imobilizado está em marcha, para solucionar os problemas que foram adiados e que, hoje, condicionam a nossa atividade diária.

Os Recursos Humanos da autarquia estão a acolher novas pessoas. Com a conclusão de processos de recrutamento, começamos a repor a normalidade dos rácios de colaboradores e a responder às necessidades internas de cada estrutura.

Cuidar dos equipamentos municipais tornou-se uma prioridade. Destaco a gravidade de alguns dos problemas registados e os montantes financeiros associados, como o ar condicionado do Museu Marítimo de Ílhavo e a cobertura da Escola Básica Santa Maria Manuela, entre uma listagem de outros problemas, que passo a passo estamos a resolver.

No âmbito dos fundos comunitários, a reprogramação de alguns projetos trouxe boas notícias. A Câmara Municipal de Ílhavo conseguiu resultados superiores ao esperado para o fecho das obras em curso. Perante os novos avisos lançados pelo Governo, estamos a pensar em novos projetos que beneficiam o território e as pessoas do Município.

Concluámos a Estratégia Local para a Habitação, num esforço do Executivo e de todas as divisões. Paralelamente desenvolvemos a alteração do Plano Diretor Municipal, que deve ser uma importante alavanca para a promoção da qualidade de vida dos munícipes e para a competitividade urbana.

Termino a minha mensagem, agradecendo o sentido de missão e de serviço de todas as entidades e pessoas envolvidas no combate à pandemia da Covid-19. Graças à resiliência e ao amor ao outro, cuidamos das nossas pessoas no tempo mais adverso da nossa história. Juntos e unidos somos mais. Sempre.

INTRODUÇÃO

Nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, compete à Assembleia Municipal apreciar em cada uma das sessões ordinárias, a informação escrita pelo Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade municipal e da situação financeira da autarquia.

O presente documento reflete a atividade municipal e a situação financeira da autarquia entre 9 de dezembro de 2021 e 31 de janeiro de 2022, sendo orientado pela distribuição de pelouros existente.

1. ATIVIDADES E AÇÕES DESENVOLVIDOS PELO EXECUTIVO MUNICIPAL



PRESIDENTE DA CÂMARA

JOÃO CAMPOLARGO

- Reunião com Reitoria da Universidade de Aveiro;
- Realização de reuniões semanais com Subcomissão Covid-19 do Município para acompanhamento da situação pandémica;
- Participação no XXV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- 84.º aniversário da Restauração da Diocese de Aveiro;
- Entrega de Sacos Reutilizáveis nos Mercados Municipais;
- Distribuição de prendas de Natal pelos agrupamentos escolares e de cabazes a idosos isolados no âmbito de campanha “Por um Natal”;
- Cerimónia Comemorativa do 48.º Aniversário da Universidade;
- Presença na Assembleia Intermunicipal – Associação de Municípios do Carvoeiro-Vouga;

- Reunião com a CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;
- Reunião com Diretora da Câmara de Comércio, Indústria e Turismo de Portugal em Nova Iorque;
- Reunião com Águas do Centro Litoral;
- Reunião Conselho Diretivo da Associação Nacional a Municípios do Carvoeiro-Vouga;
- Inauguração do Laboratório do Envelhecimento;
- Inauguração da Exposição D. Júlio Tavares Rebimbas;
- Cerimónia Comemorativa do 124.º Aniversário da Restauração do Município de Ílhavo;
- Reunião do Conselho Local de Ação Social – CLAS;
- Receção aos estagiários no âmbito do Programa Municipal de Bolsas de Estágios de Trabalho;
- Entrega das Bolsas do Ensino Superior;
- Reunião com o Turismo da Região Centro;
- Reunião com administração do Porto de Aveiro;
- Realização do Encontro dos Membros da Estação Náutica;
- Reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais;
- Presença nas reuniões do Conselho Intermunicipal da CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro;
- Acompanhamento da visita do Exmo. Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Prof. Dr. João Costa ao Agrupamento de Escolas de Ílhavo;
- Reunião com diversas Associações do Município;
- Entrega das Bolsas do Ensino Superior;
- XXIII Capítulo da Confraria Gastronómica do Bacalhau.

- Participação nas reuniões semanais com Subcomissão Covid-19 do Município para acompanhamento contínuo da situação pandémica;
- Coordenação de reuniões do grupo de trabalho para a Reprogramação da Zona Industrial da Mota;
- Reuniões de trabalho para o desenvolvimento Estratégia Local de Habitação;
- Reuniões de trabalho no âmbito do procedimento de Alteração do PDM;
- Reunião com o Diretor Executivo do ACES Baixo Vouga – Unidades de Saúde de Ílhavo;
- Participação na Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Carvoeiro-Vouga;
- Visita e reunião ao ECOMARE – apresentação e articulação entre as entidades;
- Reunião na CCDR-Centro – apresentação e articulação entre as entidades;
- Reunião nas Águas do Centro Litoral, S.A. – apresentação e articulação entre as entidades;
- Reunião com a Diretora da Câmara de Comércio, Indústria e Turismo de Portugal em Nova Iorque;
- Reunião na Direção Geral do Tesouro e Finanças no âmbito da intenção de regularização da legitimidade do uso do solo dos vários prédios da Colónia Agrícola da Gafanha;
- Visitas periódicas às Juntas de Freguesia;
- Visitas às obras municipais em curso, aos diferentes espaços do município e a situações despoletadas por municípios;
- Visita com a AdCL à ETAR de Ílhavo localizada na Zona Industrial da Mota; Entrega de sacos de pano cru (algodão) nos Mercados Municipais da Barra e da Costa Nova – no âmbito da campanha de sensibilização para a utilização de sacos reutilizáveis;
- Distribuição de cabazes de Natal a idosos isolados no âmbito da campanha “Por um Natal mais próximo”;
- Participação nas comemorações do 124.º Aniversário da Restauração do Concelho de Ílhavo;
- Participação nas comemorações do 9.º aniversário do Aquário de Bacalhaus: conversa “Impacto das alterações climáticas” com João Miguel Dias (UA) e João Correia (FlySharks);
- Participação na Inauguração do Laboratório de Envelhecimento;
- Participação na inauguração da Exposição D. Júlio Tavares Rebimbas: Centenário, Exposição e Fotobiografia.



VICE-PRESIDENTE E VEREADOR

JOÃO SEMEDO



VEREADORA
MARIANA RAMOS

- Cerimónia Comemorativa 17.º Aniversário da Elevação da Gafanha da Encarnação a Vila
 - Participação no Ciclo de CONVERSAS no Laboratório do Envelhecimento
 - Participação em atividades inseridas no programa de Natal da Maior Idade
 - Participação na Cerimónia Comemorativa 17.º Aniversário da Elevação da Gafanha da Encarnação a Vila;
 - Participação no Ciclo de CONVERSAS no Laboratório do Envelhecimento;
 - Participação em atividades inseridas no programa de Natal da Maior Idade;
 - Participação nas reuniões semanais com Subcomissão Covid-19 do Município para acompanhamento da situação pandémica;
 - Entrega de Sacos Reutilizáveis nos Mercados Municipais;
 - Distribuição de cabazes de natal a idosos isolados no âmbito de campanha “Por um Natal mais próximo”;
- Participação nas Visitas "Sentidos de Mar";
 - Participação na reunião preparatória - transferência de competências da área social;
 - Participação em reunião com diversas Associações do Município
 - Participação nas Reuniões da Comissão Restrita e Alargada da CPCJ;
 - Reunião CPCJ - Equipa Comissão Nacional - região Centro;
 - Reuniões de apresentação de propostas na área do ambiente, comunicação sustentável, cultura e turismo;
 - Participação na Reunião Plataformas Supraconcelhias do Baixo Vouga e do Entre Douro e Vouga;
 - Participação na Cerimónia Comemorativa do 48.º Aniversário da Universidade de Aveiro;
 - Presença na Assembleia Intermunicipal – Associação de Municípios do Carvoeiro-Vouga;
 - Visita e reunião ao ECOMARE – apresentação e articulação entre as entidades;
 - Participação em reunião na CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – apresentação e articulação entre as entidades;
 - Participação reunião com a Coordenadora do Turismo de Portugal para os Estados Unidos da América;
 - Participação na Comemoração do 124º Aniversário da Restauração do Concelho de Ílhavo;
 - Participação na Assembleia Geral da APTCVC - Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica;
 - Participação na Inauguração do Laboratório de Envelhecimento;
 - Participação nas Reuniões com os parceiros Territórios com História;
 - Participação na reunião com a Comissão Executiva da Estação Náutica do Município de Ílhavo;
 - Participação na Inauguração da Exposição D. Júlio Tavares Rebimbas: Centenário, Exposição e Fotobiografia;
 - Entrega das Bolsas do Ensino Superior;
 - Participação na apresentação das Idólfadas;

-
- Participação na reunião Conselho Local de Ação Social – CLAS;
 - Realização do Encontro de Membros da Estação Náutica do Município de Ílhavo;
 - Participação nas reuniões do Projeto "Se esta rua fosse minha";
 - Participação nas reuniões da Estratégia Local Habitação;
 - Participação nas comemorações do 9.º aniversário do Aquário de Bacalhaus: Inauguração da Exposição de Fotografia “Peixografia” de Vasco Pinhol e conversa sobre o “Impacto das alterações climáticas” com João Miguel Dias (UA) e João Correia (FlySharks);
 - Participação no XXIII Capítulo da Confraria Gastronómica do Bacalhau;
 - Participação na «À Conversa com... Manuel Morgado».

2. ATIVIDADE MUNICIPAL

Pelouros:

**Social/Saúde/Família/
Voluntariado**

Cultura / Criatividade

Turismo/ Eventos

**Desenvolvimento
Económico**

Desenvolvimento Local

**Ambiente / Espaços Verdes
/ Biodiversidade**

Internacionalização

Provedor do Cidadão

**Políticas e Orçamentos
Participativos**

Numa perspetiva integradora e de verdadeira definição de coletivo na nossa comunidade, foram várias as ações desenvolvidas no sentido de garantir a vivência da época festiva do Natal com toda a solidariedade e envolvimento por parte das instituições do nosso Município e que contou com a participação de vários voluntários. Este trabalho em rede é importantíssimo, para todo o trabalho que se pretende desenvolver, inclusive nas parcerias estabelecidas no Laboratório do Envelhecimento, no sentido de nos permitir dotar de informação e conhecimento real da realidade do nosso território e para o qual pretendemos contribuir com ação.

Prova do sucesso deste trabalho em rede é o resultado da Estratégia Local de Habitação que contou com a contribuição das IPSS's do Município, Juntas de Freguesia e organizações socio-caritativas no sentido de procurarmos, juntos, acolher soluções que contribuam para a habitação digna.

As políticas culturais mantiveram a sua dinâmica, embora um pouco afetadas pelo período pandémico, tendo-se procurado apresentar atividades direcionadas para todas as faixas etárias, com todo o tipo de programação, promovendo também a criatividade principalmente junto dos mais novos e a vivência da nossa herança histórica.

Decorreram ainda diversas reuniões com artistas, técnicos, investigadores, agentes, de todas as artes cénicas, no sentido de nos dotarem de informação que nos permita construir programas apelativos, únicos e direcionados aos munícipes.

Não obstante a promoção de atividades, destaque-se as atividades regulares da Biblioteca e Museu Marítimo que permitem informar e fomentar espírito crítico nos seus utilizadores no que concerne às mais diversas áreas abordadas.

De olhos no futuro, assumindo uma presença ativa em várias iniciativas dedicadas à economia azul, alterações climáticas, sistema de gestão de bio resíduos, economia circular, sustentabilidade, gestão ambiental, organização e gestão de espaços verdes, é impensável desassociar todos estes eixos das nossas atividades económicas mais desenvolvidas, sendo que uma delas é o Turismo. Nesse sentido reunimos os parceiros da Estação Náutica e tentámos, mais uma vez em rede, procurar eixos de ação conjunta que nos permitam promover e atuar de forma eficaz inclusive junto de mercados externos.

A forma como pretendemos que a unicidade, e diversidade, do nosso território seja percebida por todos, resulta de trabalho exaustivo na compreensão das necessidades existentes. Desta forma, acompanhando os projetos em curso e possibilidades de acesso a novas candidaturas, assumimos a relevância da execução de verbas que nos garantam acessibilidade aos equipamentos culturais, praias, espaços verdes para fruição e condições de visita ao nosso museu e seus polos museológicos de forma a que o nosso Município seja atrativo e ofereça condições a quem nele reside e a quem nos visita.

2.1 SOCIAL, SAÚDE, FAMÍLIA E VOLUNTARIADO

Laboratório do Envelhecimento

A Câmara Municipal de Ílhavo inaugurou, no dia 17 de janeiro, o Laboratório do Envelhecimento. Neste dia foram celebrados 10 protocolos com entidades académicas, empresas tecnológicas e associações. Este espaço tem como foco a criação artística e o desenvolvimento de projetos de investigação no campo do envelhecimento, sublinhando-se que num momento prévio à inauguração decorreu a iniciativa “Laboratório em Construção”, uma reflexão sobre o futuro de espaço, que contou com cerca de 30 estudantes e técnicos.

Durante este período, realizaram-se as seguintes iniciativas: ações de formação e criação de uma horta acessível (10 e 17 de dezembro); oficina de cenografia no Laboratório do Envelhecimento (13 de dezembro); workshop intitulado “A solidão em tempos de festividade” que teve como grande objetivo dotar as pessoas de ferramentas para fazer face à solidão, numa época tendencialmente associada ao convívio familiar (13 de dezembro); ação “Programar em Espaços Para o Desenvolvimento da Pessoa Idosa “ que contou com a participação de 25 estudantes (14 de dezembro); arranque do projeto “Dori em Croché”, com a coordenação do Museu Marítimo de Ílhavo (18 de dezembro); e, ainda, uma formação sobre a alimentação e os diabetes (28 de janeiro). Neste espaço decorre, semanalmente, o programa de estimulação cognitiva.

Majoridade “Por um Natal Mais Próximo”

Foram desenvolvidas inúmeras atividades em diversos espaços, cuja programação iniciou no dia 10 de dezembro, como o torneio de "walking football", no Pavilhão Municipal Capitão Adriano Nordeste. No Fórum Municipal Maior Idade, os dias 13, 15 e 21 de dezembro foram reservados para conversas sobre variados temas, entre os quais a "Solidão em tempos de festividade". No dia 15 de dezembro, à volta da "Roda de Contos e Ditos" registaram-se canções sobre a vida, que ocorreu no Laboratório das Artes - Teatro da Vista Alegre. Já no dia 21 de dezembro e no Fórum Municipal Maior Idade aconteceu a iniciativa "As minhas receitas de Natal", em torno da gastronomia associada à época natalícia. Neste espaço e período foram também dinamizadas 3 oficinas de criação com o tema "Reciclar para Criar".

A pensar nos idosos que ficaram sozinhos na Ceia de Natal, a Câmara Municipal de Ílhavo lançou a campanha "Por um Natal Mais Próximo", dirigida a cerca de 30 pessoas com mais de 65 anos que se encontravam sozinhas na noite de Natal. Durante os dias de 23 e 24 de dezembro, equipas da Câmara Municipal de Ílhavo entregaram um cabaz de Natal, oferecendo um pouco de companhia.

Idolíadas – A Arte da Maioridade

No dia 24 de janeiro foi apresentado aos diferentes municípios o projeto Idolíadas. Esta iniciativa visará, em junho, reunir os idosos das instituições e comunidade envolvente, representando o seu Município, em provas específicas nas áreas do teatro, música, dança, arte plástica, cultura geral e fotografia.

Atendimento Social Integrado

O Atendimento Social Integrado, espaço e metodologia dirigida a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica, atendeu 161 pessoas. Também foi espaço de 5 reuniões semanais, nas quais estiveram presentes todos os Gestores de Processos Familiares das entidades públicas e das Instituições Particulares de Solidariedade Social, com vista à elaboração de diagnósticos e estratégias de intervenção social individualizados.

Estratégia Local de Habitação

Encontra-se em preparação a Estratégia Local de Habitação, entendida como uma ferramenta, financiada pelo IHRU, para resolver os problemas habitacionais de agregados que reúnem os requisitos de elegibilidade do 1º Direito. Esta preparação agregou fases, como: a análise e confirmação dos inquéritos de sinalização dos agregados familiares; e reuniões interdivisões municipais, com vista a uma concertação estratégica.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, entidade oficial não judiciária e autónoma que intervém com o fim de promover os direitos e a proteção das crianças e jovens em perigo, até aos 18 anos, ou 21 anos quando solicitado, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento, foi espaço de 7 reuniões semanais de Comissão Restrita, com vista à análise de processos de promoção e proteção.

No dia 25 de janeiro decorreu a Reunião da Comissão Alargada, para a aprovação do Relatório Anual de Atividades da CPCJ de Ílhavo do ano de 2021.

Equipa Multidisciplinar de Apoio à Comunidade Educativa (EMACE)

Programa "Mente Saudável"

A EMACE, em parceria com o Agrupamento de Escolas da Gafanha da Encarnação, promoveu a segunda sessão ação de intervenção em grupo, dirigida a três turmas do 8.º ano, num total de 75 alunos, dedicada à cooperação e solidariedade, nos dias 3, 9, 10 e 12 de 2021.

Projeto 2P_Prevenção Positiva

A EMACE, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Ílhavo, promoveu a segunda sessão ação de intervenção em grupo, dirigida a seis turmas dos 5.º e 6.º anos, num total 12 sessões envolvendo de 229 alunos, dedicada à temática cooperação e solidariedade, entre 13 e 17 de dezembro de 2021.

Atividade de Natal

No dia 18 de dezembro, a EMACE, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Ílhavo, promoveu uma atividade de Natal, em parceria com a Escola Profissional Agrícola e de Desenvolvimento Rural de Vagos, dirigida a alunos acompanhados pela EMACE e suas famílias, envolvendo um total de 18 participantes.

Câmara Municipal de Ílhavo distinguida pelo apoio à família

No dia 13 dezembro e pelo sexto ano consecutivo, o Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis distinguiu a Câmara Municipal como "Autarquia Familiarmente Responsável", renovando a Bandeira Verde com Palma. Para a atribuição foram analisadas e avaliadas as políticas da família em diferentes áreas de atuação, tais como: o apoio à maternidade e paternidade; o apoio às famílias com necessidades especiais; os serviços básicos; a educação e a formação; a habitação, o urbanismo e as acessibilidades; os transportes; a saúde; a cultura, o desporto, o lazer e os tempos livres; a cooperação, as relações institucionais e a participação social; entre outras iniciativas.

Cerimónia de Entrega das Bolsas de Estudo 2021/2022

No dia 21 de dezembro decorreu, na Biblioteca Municipal de Ílhavo, a cerimónia de entrega de 30 bolsas de estudo a alunos/as do ensino superior, residentes no município, que agregaram cumulativamente critérios de vulnerabilidade socioeconómica e bom desempenho académico, num investimento total de 39.492,00€.

Acolhimento residencial de munícipes com COVID19, advindos dos Centros Hospitalares

No dia 10 de janeiro retomou-se a preparação de uma habitação (restabelecimento da energia elétrica, água e mobiliário), com vista a acolher munícipes com doença Covid-19 e que por inúmeras razões não possuem espaço para a realização de isolamento em segurança

Conselho Local de Ação Social - CLAS

O CLAS da Rede Social do Município de Ílhavo, o conjunto das diferentes formas de entreatajuda e de entidades particulares sem fins lucrativos e dos organismos públicos, que trabalham no domínio da ação social e que articulam entre si e com o governo a respetiva atuação, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e à promoção do desenvolvimento social, reuniu em plenário ordinário no dia 26 de janeiro

Campanha Solidária de Natal

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, em parceria com a Câmara Municipal e o Atendimento Social Integrado entregaram cabazes de Natal, no âmbito da Campanha de Natal Solidária 2021 – “Fazer uma criança feliz está à distância de um gesto” – cuja entrega decorreu durante o mês de dezembro, que passou por diversas fases como a recolha de bens alimentares e de puericultura em escolas, empresas e comunidade, culminando com a entrega de 50 cabazes.

No dia 17 de dezembro, os Lions Clube de Ílhavo, em parceria com o Atendimento Social Integrado, entregaram a agregados familiares 16 cabazes alimentares.

Projeto Violência no Namoro

No dia 19 de janeiro, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens reuniu no Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré, com um conjunto de professoras de teatro, para a construção do guião orientador para o projeto Violência no Namoro.

Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados

O Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados atribuiu os seguintes apoios sociais:

Comparticipação em rendas: 5 deferidas, no valor de 2.189,22€.

Comparticipação na fatura da água, saneamento e resíduos sólidos: 26 solicitações deferidas.

Redução de taxas de acesso a equipamentos desportivos e culturais: 5 candidaturas deferidas.

Redução das taxas devidas pela frequência no Programa das Férias Divertidas: 3 candidaturas deferidas.

Material escolar no âmbito Ação Social Escolar (transferências escolares): 3 candidaturas deferidas, no valor de 420,00€.

Cartão Família

Foram atribuídos dois cartões família a família numerosas, com dependentes e/ou portadores de deficiência.

2.2 CULTURA E CRIATIVIDADE

No período em análise o trabalho desenvolvido na Divisão de Cultura decorreu dentro das expectativas, não obstante o período crítico que se viveu e que, apesar de tudo, marcou algumas atividades por isolamento profilático de alguns profissionais e que acabaram por forçar o cancelamento de alguns eventos, nomeadamente na Biblioteca e no 23 Milhas.

A vivência do Natal foi, dentro do possível, celebrada recatadamente em cada um dos equipamentos fazendo lembrar que a magia da arte, dos livros, das histórias, da música, do cinema, das cores e da envolvência das pessoas é essencial para o ser humano.

2022 entrou com as dificuldades pandémicas que todos conhecemos, mas com a certeza e a vontade de regressar ao normal, enfrentando cada dia como um novo desafio na busca de maior e melhores experiências para os Municípios.

O processo de seleção dos candidatos concorrentes ao Programa Municipal de Bolsas de Estágio de Trabalho culminou na oportunidade de 40 Jovens do nosso Município integrarem várias equipas da Câmara Municipal de Ílhavo.

A Cultura do dia a dia acontece, e nessa premissa o Leme ocupou os palcos do Município, animando novos e menos novos, prometendo regressar com mais talentosos artistas e desafiantes espetáculos para o próximo festival.

Assim, evidenciam-se as atividades desenvolvidas e o número de utilizadores que usufruíram ou participaram nas mesmas:

Núcleo de Bibliotecas

- Leitura de periódicos – 240 utilizadores
- Atendimentos no Balcão Central – 2 857 utilizadores
- Utilização do espaço (leitura, utilização dos PC, Wi-fi, ...) – 1 083 utilizadores

- Exposição de ilustração de João Velhinho “Aconteceu assim mesmo?”, ao longo do mês de dezembro – 62 visitas
- Bebeteca – 30 bebés e 30 adultos, divididos por 5 sessões
- Hora do Conto – 44 crianças e 42 adultos, divididos por 6 sessões
- Clubes de Leitura para pais e filhos – 38 participantes
- Visitas à BMI – 40 crianças e 22 adultos, sendo destes 16 alunos da UA
- Na BMI com livros... e não só (Cinema, Hora do Conto e Workshop Maker) – 37 crianças e 13 adultos, divididos por 4 sessões
- À conversa com... Manuel Morgado à volta da sua última publicação – 12 participantes
- A Biblioteca Municipal vai à Biblioteca Escolar (hora do conto e desafio com todas as turmas individualmente nas Escolas com Biblioteca Escolar) – 492 crianças e 28 adultos
- Baú de Histórias... a Biblioteca vai à escola (hora do conto em todas as salas das Escolas sem biblioteca escolar) – 291 crianças e 24 adultos
- Sessões Inspiratórias para o Concurso Literário Jovem com Raquel Patriarca na Biblioteca Municipal e nos três Agrupamentos de Escolas – 197 alunos e 41 adultos
- Primeira Comunidade de Leitores da época – 13 participantes
- À conversa com... Iolanda Pereira – 65 crianças e 8 adultos
- Saberes com sabor – 16 participantes
- Exposição de ilustração de Patrícia Penedo “Sem parar”, ao longo do mês de janeiro – 110 visitas
- Acompanhamento de investigadores, sobretudo na Biblioteca do MMI;
- Empréstimos no total nas duas Bibliotecas – 4 496, dos quais 33 foram Empréstimos Interbibliotecário para outras Bibliotecas, nomeadamente da CIRA e outras.
- Empréstimos ao domicílio “Read Away” – 11 empréstimos
- Gravações da Rúbrica semanal Ao Som das Histórias – 26 crianças e 7 adultos
- Registo de 58 novos utilizadores entre as duas Bibliotecas
- Total de exemplares entrados no catálogo coletivo 853
- Número total de Leitores Inscritos 10153

Além destas evidências e de todo o trabalho inerente ao tratamento bibliográfico, que é contínuo nas bibliotecas, realizaram-se reuniões da Rede de Bibliotecas de Ílhavo, dando continuidade ao previsto para a concretização do Programa de Promoção do Livro e da Leitura, bem como as reuniões da Rede de Bibliotecas da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (RBCIRA) previstas, nas quais os principais assuntos foram: a preparação e acompanhamento dos Concursos de Leitura Concelhios e o Intermunicipal; a negociação para a possível integração da Universidade de Aveiro no catálogo coletivo da CIRA, tema que tem ocupado um grupo de técnicos na preparação de um Manual de Procedimentos Comum.

Subunidade Orgânica Centro de Documentação

Dando continuidade ao tratamento documental, o CDI confronta-se neste momento com espaço exíguo para albergar todo o espólio que temos necessidade de acondicionar, sobretudo ao nível dos Arquivos Históricos Municipais.

Durante este período, o CDI proporcionou a publicação de um novo exemplar da coleção Nossa Gente, dando desta vez palco ao incontornável homem da construção naval Ilhavense, Manuel Bolais Mónica, assinalando o aniversário do Dia da Restauração do Concelho, momento em que se contou com a presença de familiares do homenageado.

A par do trabalho técnico (descrição, classificação de documentos, digitalização, inserção no software, alojamento, cotagem, entre outros), o CDI dá apoio no acompanhamento aos Investigadores internos e externos, desenvolvem as atividades de promoção do CDI e Serviço educativo inerente, bem como promoção da documentação histórica, nomeadamente com o envolvimento com a toponímia do Município e o desenvolvimento do Projeto “Se esta rua fosse minha”.

Esquemáticamente os resultados da atividade do CDI para o período em análise são os seguintes:

Mapa mensal das atividades culturais e de serviço educativo

Atividades	Dia	Hora	Local	n.º participantes	Tipo de serviço
Clube de genealogias	05-01	14h30-16h30	CDI	1	Externo - famílias
124.º aniversário restauração do concelho	13-01	17h30	CEM	70	Externo - famílias
SE Quem sai aos seus	14-01	9h15-10h30	CDI	26	Interno Escolar
SE Quem sai aos seus	17-01	9h30-11h20	CDI	23	Interno Escolar
TOTAL				120	

Mapa das requisições efetuadas à Biblioteca e Arquivos

N.º Total de utilizadores do CDI

Serviço	N.º
Biblioteca	84
CDI	1088
TOTAL	1172

Serviços	N.º
Sala de leitura	57
Serviço educativo	120
Outros	0
Portal CDI	103
TOTAL	280

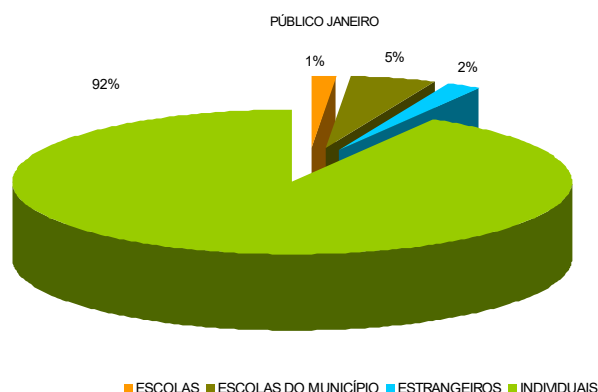
Núcleo Museus

Durante o período em análise, o Museu Marítimo de Ílhavo (MMI) e o Centro de Religiosidade Marítima acolheram 2 842 visitantes que, individualmente ou em grupo, visitaram os dois espaços, sendo que 1 348 se reportam a visitantes de dezembro e 1 494 a visitantes de janeiro.

Durante este período foram desenvolvidas várias ações, destacando em dezembro as Visitas com Sentido de Mar, associadas ao festival ancorado no Museu, o Gastronomia de Bordo, as quais envolveram cerca de 30 pessoas e em janeiro o 9.º Aniversário do Aquário, com várias ações destinadas a vários segmentos de público e a ativação do produto Tanto Mar!, que durante o último fim de semana de cada mês procura dinamizar várias ações, nos vários espaços do MMI. Em todas estas ações participaram cerca de 174 pessoas; no Centro de Religiosidade Marítima destacamos a inauguração da exposição D. Júlio Tavares Rebimbas que comemora o centenário do seu nascimento, feita à porta fechada, com a presença de 28 pessoas.

Numa análise mais incisiva, distinguimos em baixo alguns segmentos de público que importa acompanhar. Assim, em dezembro, dos 1 366 visitantes, 71 reportam-se a visitas escolares, dos quais 20 são provenientes das escolas do nosso Município e 40 reportam-se a visitantes estrangeiros, que do valor total representam 3%.

Em janeiro, e tendo em atenção os mesmos segmentos de público, verificamos um ligeiro crescimento de procura por parte das escolas do nosso Município, o que era habitual no período pré-pandemia, e uma ligeira quebra de visitantes estrangeiros, justificável com as medidas de mitigação da Covid-19 adotadas um pouco por todos os países. Em baixo mostramos também gráfico com as percentagens de cada um destes segmentos.



Durante o período em análise, a receita das bilheteiras - loja, livraria e cafetaria – fixou-se num montante global de 10 330,34€.

Mês	N.º Visitantes			Bilheteiras			Livraria	Loja Aquário	Cafetaria	Alugueres	TOTAL
	MMI	CRM	TOTAL	MMI	CRM	TOTAL					
DEZ 21	115 9	189	1348	2.940,7 5€	0,00 €	2.940,7 5€	2.274,8 5€	832,41 €	136,65 €	0,00€	6.184,66 €
JAN 22	136 1	133	1494	2.326,7 5€	33,7 5€	2.360,5 0€	904,90 €	719,73 €	160,55 €	0,00€	4.145,68 €
TOT AL	252 0	322	2842	5.267,5 0€	33,7 5€	5.301,2 5€	3.179,7 5€	1.552,1 4€	297,20 €	0,00€	10.330,3 4€

Núcleo 23 Milhas

No âmbito da programação do 23 Milhas, projeto cultural do Município de Ílhavo, para além da programação regular nos quatro equipamentos, destacamos para o período em análise, o segundo fim de semana de programação do Leme - Festival de Circo (2 a 12 de dezembro), nos dias 10, 11 e 12 de dezembro e a quarta edição do Territórios Públicos - Encontro de Serviços Educativos e de Mediação, que voltou a reunir cerca de 70 participantes, ao longo de dois dias, num programa de debate, boas práticas e oficinas de formação, para técnicos da área da cultura, com um painel de oradores, convidados e formadores de excelência.

No período em análise decorreram as seguintes ações no âmbito da programação, acolhimento, formação e projetos contínuos:

PROGRAMAÇÃO E ACOLHIMENTO:

Leme – Festival de Circo Contemporâneo - 2 a 12 de dezembro (espetáculos do 2º fim de semana)

- 3 sessões do Navegar “Fome de Lama” - Planteia, CCI
- 3 sessões do Navegar “(Des)programado” – Terminal Especializado de Descarga do Pescado, Porto de Aveiro
- 3 sessões do Espetáculo Albano - Terminal Especializado de Descarga do Pescado, Porto de Aveiro
- Espetáculo “A grande circOOferência” – CCI
- 2 sessões do espetáculo “Monstro” - CCI
- Festa “Le cirque du freak” - CCI
- Residência Lígia Soares e Paula Diogo – *Wonderground* - FI
- Espetáculo da Associação Aquém Renasce – CCI
- Cinema de Natal – filme “Encanto” - CCI
- Espetáculo Porta dos Fundos (2 sessões) – CCI
- Espetáculo da Associação Pestinhas – FI
- Cerimónia da Restauração do Município – Sala de Cinema

- Concerto 4 mãos – FI
- Sessão com Tiago Bettencourt - Uma Guitarra, um Gira-Discos e uma Planta – LA TVA
- Concerto Pedro Mafama – CCI
- Concerto Daniel Pereira Cristo – FI
- Residência Circolando – Feedback – FI
- Espetáculo “Processo” de Diogo Batáguas – CCI
- Encontro de Membros da Estação Náutica – CC
- 2 Sessões do espetáculo “Déluge” – CCI (escolas e público em geral)
- 3 Sessões do espetáculo “Monólogo de uma mulher chamada Maria com a sua patroa”
- – LA TVA (1 sessão para escolas e 2 para público em geral)
- Espetáculo Ao Mar – FI

FORMAÇÃO:

Oficina Milha – Comunicação - LA TVA;

Ensaio Aberto Circolando – FI;

Oficina Panos – Quinto Palco (acontece aos sábados, de janeiro a maio) - CCI;

Ensaio Aberto Circolando – FI;

Oficina Marionetas – projeto Baleia com alunos do 10º ano da Escola Secundária da Gafanha (acontece semanalmente) – FI;

Orquestra percussão e movimento (projeto com escolas do 1º ciclo de Vale de Ílhavo e Gafanha do Carmo (acontece semanalmente, durante o ano letivo).

SEMI:

Programação desenvolvida pelo 23 Milhas, integrada no SEMI, para os distintos tipos de público:

Público interno escolar:

Oficinas Mão-a-mão, com crianças do 1º ciclo (3º ano) – na Casa Cultura, para turmas das escolas da Chousa Velha e Encarnação Centro

Visita /Jogo na Casa Cultura para turma do 1º ciclo (3º ano) da escola da Marinha Velha;

Visita/Jogo na Casa da Cultura para turma do 1º ciclo (3º ano) da Escola da Gafanha da Encarnação Norte;

Visita/Jogo na Casa da Cultura para turma do 1º ciclo (3º ano) da Escola EB 1 da Barra;

Público não escolar:

Oficina exposição Heróis do Mar para o Centro de Estudos Inside;

EXPOSIÇÕES:

Exposição temporária 'Diálogos - Na beleza das obras contemplamos a beleza do criador' (22 de outubro a 4 de fevereiro) - CCI;

Exposição fotográfica "Olhar por dentro: Os percursos da arquitetura de Ílhavo" – FI (22 de outubro a 31 de janeiro) - FI

Exposição ilustrações do livro "Heróis do Mar" (13 novembro a 30 de dezembro), Quinto Palco – FI

O número de pessoas envolvidas em todas as atividades referidas ascendeu as 4877, distribuídas pelas pelos diversos equipamentos*:

Fábrica Ideias Gafanha da Nazaré - 956 pessoas

Laboratório Artes Teatro Vista Alegre - 509 pessoas

Casa Cultura Ílhavo - 3392 pessoas

Cais Criativo Costa Nova - 20 pessoas

Transversalmente a esta programação, e de modo a garantir um efetivo e ativo envolvimento da comunidade, a equipa do 23 Milhas deu apoio técnico e de assessoria ao nível da cedência de espaços, quer a Associações do Município, quer nos alugueres que ocorrem e que carecem do seu apoio para o decorrer das suas iniciativas.

*os participantes nos espetáculos realizados no âmbito da programação do Leme estão integrados na contabilização dos equipamentos (CCI, FI ou LA TVA)

Núcleo de Eventos

Tendo em conta a funções atribuídas ao núcleo de Eventos Municipais, a quem compete sistematizar o calendário anual dos eventos a realizar no território do Município, o trabalho desenvolvido nesta fase tem sido sobretudo na articulação das datas e dos locais evitando sobreposições e constrangimentos, em articulação com as outras unidades orgânicas, Associações e com as freguesias. Ainda no contexto da organização e consolidação do Plano Anual de Atividades, continua a gerir os pedidos de cedência de espaço por parte das Associações e das IPSS, consertando diretamente com a Vereação a sua cedência ou alteração.

Tem ainda a seu cargo também o acompanhamento final das intervenções no Navio Museu Santo André, conjuntamente com a Direção do MMI.

Atividades Desenvolvidas

Visitas Sentidos de Mar e festival Gastronomia de Bordo – “Territórios com História: o Mar, as Pescas e as Comunidades”

A 12 de dezembro teve lugar a visita orientada Sentidos de Mar “Comida das gentes da Ria - de barco desde o Mercado do Peixe da Costa Nova e o Cais dos Pescadores da Gafanha da Encarnação”, tendo a mesma esgotado;

Foi realizado o apuramento dos resultados do Festival Gastronomia de Bordo – Ílhavo 2021, que aconteceu entre 30 de novembro a 12 de dezembro de 2021. Contámos com a participação de 17 restaurantes, quase 650 experiências Gastronomia de Bordo consumidas nos restaurantes (representando cerca de 11.500,00€ de receitas diretas do festival para a restauração local), 3 visitas orientadas ao território “Sentidos de Mar” (representando 45 participantes), 1 ação de ativação com a imprensa numa unidade industrial local e ainda de 57 visitas ao Museu Marítimo de Ílhavo com utilização dos vouchers distribuídos aos participantes do festival por consumo das experiências na restauração.

Além da gastronomia, na sua vertente mais tradicional, mas também na “nova” cozinha inspirada nas técnicas e ingredientes tradicionais, nesta edição do festival Gastronomia de Bordo redescobriu-se a lota, o mercado do peixe, os cais da pesca lagunar e costeira, e teve-se também a oportunidade de descobrir os sabores mais próximos da gastronomia de bordo original, com um dos cozinheiros de navios bacalhoeiros com maior tempo de serviço – Sr. José Gomes Ribeiro.

Promoção e organização turística

No âmbito da promoção e da organização da oferta turística local, registaram-se, durante este período, as seguintes colaborações com entidades terceiras:

- ERT Centro de Portugal - colaboração na elaboração do Guia Subregional (Ria de Aveiro) – revisão da informação e propostas de melhoria, bem como a recolha estatística mensal de atendimentos;
- Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro - colaboração no projeto de candidatura do Barco Moliceiro e a Arte da Carpintaria Naval ao Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial – levantamento de informação;
- Universidade de Aveiro – Curso de Turismo - colaboração trabalhos de investigação dos alunos de Inovação e Gestão de Atrações Culturais, incidindo sobre o MMI;

Durante este período ocorreu, como habitual, a atualização em permanência dos conteúdos das plataformas VisitÍlhavo, Estações Marítimas do Centro de Portugal e Nautical Portugal, com destaque para as respetivas agendas de eventos, e, ainda, a atualização dos horários dos transportes públicos. Nas redes sociais da Estação Náutica do Município de Ílhavo ocorreu também a publicação de 5 postagens, incluindo o vídeo da 3.ª *masterclass* das Ostras e outros Bivalves da Ria de Aveiro, a visitas “Sentidos de Mar Comida das gentes da Ria - de barco desde o Mercado do Peixe da Costa Nova e o Cais dos Pescadores da Gafanha da Encarnação” (parceiro Câmara Municipal de Ílhavo com a colaboração de 4 parceiros da ENMI: CMI, Ria Príncipe, APARA e Viagens do Balão Mágico), e ainda acerca da atividade formativa do parceiro da ENMI FOR-Mar.

Como habitual, foi também produzido o e-mailing semanal Agenda Turismo Município de Ílhavo, vocacionado para a rede de parceiros informais local e regional e agentes económicos do turismo.

Responsabilidade Social

Serviço de Apoio à Formação e Emprego / Gabinete de Inserção Profissional

O Serviço de Apoio à Formação e Emprego, elaborou e divulgou 8 boletins semanais de ofertas de emprego; recebeu e respondeu a 11 candidaturas espontâneas; encaminhou 15 munícipes para ofertas de emprego; realizou 10 atendimentos individuais para apoio à definição do percurso profissional, em estreita articulação com o Atendimento Social Integrado.

Para o mesmo período, o Gabinete de Inserção Profissional realizou 3 Sessões de Informação Coletiva sobre Direitos e Deveres contando com a presença de 93 beneficiários de Subsídio de Desemprego residentes nas freguesias da Gafanha da Nazaré, Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo e Município de Vagos. Adicionalmente, foram realizadas 18 sessões de grupo de emprego acompanhado com periodicidade mensal, abrangendo 45 pessoas em situação de desemprego.

Medidas Apoio IEFP: Contrato de Emprego e Inserção

Renovação Contrato de Emprego Inserção 1 trabalhador no seguimento de prorrogação de subsídio e desemprego;

Integração de 5 utentes Contrato de Emprego e Inserção.

Campanha de Dinamização Comércio Local

A campanha “Compre o que está mais à mão! Opte pelo Comércio no Nosso Município” pretendia incentivar, promover e dinamizar o consumo no Comércio Local, no Município de Ílhavo. Com um valor de investimento Municipal de 100 000,00€, a campanha decorreu de 5 de março a 31 de dezembro de 2021, com execução prática a partir da data do desconfinamento (6 de abril 2021). Traduziu-se na aplicação de um desconto direto de 15% em cada compra igual ou superior a 15,00€, até ao máximo de 100,00€, nos estabelecimentos aderentes. O valor equivalente ao desconto

efetuado foi, posteriormente, reembolsado pela Câmara Municipal de Ílhavo. O valor máximo de reembolso por estabelecimento foi, inicialmente, de 400,00€, tendo sido ajustado em função do número de estabelecimentos aderentes à campanha para 1 400, 00€.

Foram notificados do início da campanha e respetivos documentos necessários para adesão cerca de 1832 estabelecimentos (695 Oficinas – Comércio / 775 Oficinas – Serviços / 362 Oficinas – Restaurantes). Foram rececionadas 19 candidaturas por parte dos estabelecimentos comerciais sediados no Município de Ílhavo, tendo apenas 14, sido aprovadas. Apenas 9 estabelecimentos apresentaram pedidos de reembolso. No período de abril a dezembro de 2021, foram rececionados, analisados e pagos 55 requerimentos de reembolso no valor total de 7 637,55€.

O Turismo associou-se à dinamização do comércio local através da publicação, no portal VisitÍlhavo, do dossier temático “Neste Natal somos Local”. Visou incentivar as compras natalícias no comércio local tendo procedido à inventariação e disponibilização ao público de 52 pontos de venda locais. Bacalhau, porcelana, cerâmica tradicional portuguesa, chocolates, bivalves da Ria de Aveiro, sal, farinhas artesanais, artesanato e manualidades foram algumas das sugestões tendo-se também evidenciado as lojas aderentes à campanha “Compre o que está mais à mão!”. Articulou com a campanha/vídeo que foi também lançada nas redes sociais municipais.

Lojas de Turismo municipais

As lojas de turismo municipal são ponto de venda também para produtos artesanais, produzidos por artesãos locais e vendidos em regime de consignação (além de merchandising e publicações), exercendo também assim responsabilidade social. As vendas realizadas no período em análise totalizaram 868,50€ (Loja de Turismo da Costa Nova – 20,00€, Loja de Turismo de Ílhavo – 443,50€ e Loja Online – 405,00€). Neste âmbito houve também lugar a produção de informação técnica para introdução de produtos natalícios da CERCIAV.

Inovação Territorial e Económica

Incubadora de Empresas do Município de Ílhavo

3 Reuniões de Diagnóstico e validação de Ideias de Negócio.

Fundos Comunitários

Foram acompanhadas 32 candidaturas em execução de diversos Programas Operacionais, tendo sido realizadas diversas reuniões de equipas para a análise da evolução de cada uma das candidaturas, envolvendo todas as divisões da CMI. Concomitantemente, durante o mês de janeiro foi encerrado o projeto Espaço Atlântico, em parceria com diversos Municípios Europeus e que teve início em julho 2017.

Pelouros:

**Obras Públicas /
Saneamento Básico
Coesão Territorial
/Planeamento /Urbanismo
Obras Particulares
Reabilitação Urbana
Serviços Urbanos
Inovação / Modernização /
Qualidade /Marketing /
Notoriedade
Freguesias
Património Edificado
Eficiência Energética
Gestão Operacional
Proteção Animal
Contraordenações e
Execuções Fiscais**

No futuro imediato entende-se que as prioridades da Câmara Municipal de Ílhavo, no que diz respeito à execução de obras, deverão residir na manutenção dos espaços e edifícios existentes, nomeadamente através da reparação de patologias e da execução de trabalhos de melhoria que promovam a beneficiação do edificado e do espaço público como mais-valia para as várias atividades desenvolvidas pelo e/ou no município.

Desta forma, a manutenção contínua nas escolas tem-se revelado crucial, dada a existência de inúmeras anomalias a resolver. Contudo, este tipo de intervenção exige um grande esforço das equipas municipais, dado que requer uma equipa quase em permanência. No que respeita aos restantes edifícios municipais, pretende-se avançar o mais breve possível com a recuperação das coberturas da Fábrica das Ideias da Gafanha da Nazaré e do Museu Marítimo de Ílhavo.

No que respeita ao saneamento básico, foram encetadas todas as diligências para que a cobertura chegue próxima dos 100% no concelho. Deste modo prevê-se que a empreitada em curso na Gafanha da Encarnação (sul) termine no final de março de 2022, que a relativa à Gafanha da Encarnação Norte se inicie em março de 2022 e que sejam agilizados os procedimentos dos concursos públicos relativos à Gafanha do Carmo e à Gafanha da Boavista, para que as empreitadas sejam concluídas durante o presente mandato.

Neste momento estão em desenvolvimento projetos para candidatura aos vários programas de financiamento cujos avisos já se encontram abertos, ou que se preveem que venham a ser disponibilizados em breve, nomeadamente ao nível das acessibilidades, tanto em edifícios, como em espaço público; edifícios escolares; mas também para resposta às alterações climáticas; entre outros projetos.

Acrescenta-se ainda a premente necessidade de regularização do direito de propriedade de aquisições efetuadas pelo Município e que, num número considerável, carecem do devido registo.

Atualmente está em curso um procedimento de Alteração do Plano Diretor Municipal (PDM) decorrente da alteração regulamentar à Lei de Bases da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo, relacionado com o uso, classificação e qualificação do solo, que se concluirá até agosto de 2022. Nesta mesma alteração serão ainda elaboradas algumas correções ao PDM, contudo projeta-se

o desenvolvimento de um procedimento de revisão mais profundo ainda no decorrer do presente mandato.

Ainda no planeamento do território e do urbanismo, está a decorrer o desenvolvimento de diversos estudos urbanísticos por todo o concelho, de forma a se organizar melhor os espaços e se poderem criar mais zonas para a construção de novas habitações, sempre em conjunto com infraestruturas de cariz público, nomeadamente zonas verdes, equipamentos de lazer, novas vias, promovendo melhores acessibilidades e outras valências importantes para a melhoria das condições de vida dos munícipes, com o intuito de garantir a permanência das pessoas, mas também a captação de novos munícipes que anseiem viver por cá.

No que respeita às atividades económicas, perante uma elevada procura de locais para estabelecimento de novas indústrias por parte de vários investidores, realça-se a necessidade de mais áreas afetas a este tipo de atividades. No caso da Zona Industrial da Mota, para além de uma reorganização do atual loteamento, tendo em vista a sistematização de toda a informação do estado dos diferentes lotes quanto à posse, bem como às atividades que neles estão instaladas, está a ser desenvolvido um estudo para a sua expansão, conforme já constará na alteração de PDM. Na Zona Industrial das Ervasas têm sido desenvolvidos contactos com diferentes industriais, não só para o reforço e/ ou modernização de unidades existentes, como para a instalação de novas; entende-se ainda que é fundamental que sejam criadas, num futuro muito próximo, intervenções profundas na melhoria das acessibilidades e dos equipamentos de apoio.

A quantidade de pedidos de licenciamento que têm ocorrido e que poderão ser aferidos na atividade da divisão responsável, são bem demonstradores da atratividade do município. Entende-se que a agilização de processos será fundamental para que a motivação dos investidores não se perca. Nesse sentido, no âmbito dos processos de desmaterialização, tem-se simplificado o relacionamento entre município e requerente, através do reforço dos horários de atendimento com a equipa de técnicos, sempre com objetivo de clarificar procedimentos e, conseqüentemente, agilizar os tempos de apreciação.

A definição dos vários estudos urbanísticos, atrás referidos, será também decisiva, quer no desbloqueio de inúmeros investimentos, quer no surgimento de novos.

Em estudo estão também as políticas de incentivo à reabilitação urbana. Ao que temos vindo a constatar nos últimos meses, os investimentos na reabilitação do edificado existente têm diminuído no município, pelo que se entende como fundamental que as políticas sejam repensadas, para que se perceba se o facto dos munícipes pouco recorrerem aos incentivos depende da sua definição, isto é, da forma como estão delineadas, da sua divulgação, ou de ambas.

A gestão dos serviços urbanos tem sido uma das grandes apostas deste mandato; entende-se que a resolução de pequenos problemas do espaço público, no seu conjunto, promove grandes alterações para a comunidade. As equipas têm estado na rua a desenvolver diariamente os seus trabalhos. Contudo, este tipo de trabalhos exige organização e um grande esforço na disponibilização de todas as condições para a sua execução. Revela-se por isso fundamental o reforço dos equipamentos e/ou ferramentas de trabalho, a melhoria das condições físicas dos armazéns gerais, a garantia de disponibilização de equipamentos de proteção individual, escassos até há pouco tempo, bem como de fardamento (não utilizado por todas as equipas de forma consistente e que se entende necessitar de uma atualização), entre outros esforços. Realça-se ainda a dificuldade ocorrida em janeiro de 2022 face ao número de casos de Covid-19 e o seu impacto nas equipas e, conseqüentemente, na execução de trabalhos planeados.

Na higiene urbana tem havido uma grande preocupação em garantir que o espaço público está devidamente preparado para que a mesma se desenvolva condignamente. É importante a melhoria dos espaços envolventes dos contentores de resíduos, não só por questões de higiene, mas também pela sua acessibilidade ao munícipe, mas também ao operador de gestão de resíduos, de forma a que possa desenvolver um trabalho de recolha mais eficiente em prol do Município. A par destes anseios está também a gestão contratual com o operador, não só pela fiscalização diária que é feita, que também inclui a verificação de outras anomalias existentes no território, mas acima de tudo, pela necessidade de assegurar que o contrato é integralmente cumprido.

O acompanhamento contínuo Município/ Juntas de Freguesia revela-se fundamental para o desenvolvimento territorial. Desta forma têm sido articuladas reuniões de trabalho e/ou visitas regulares aos vários locais das freguesias no intuito de uma resposta mais objetiva, rápida e eficiente a pequenos problemas que vão sendo identificados. Tem-se aferido que a capacidade das Juntas de Freguesia é, dentro do concelho, muito díspar, pelo que é importante que se reforce veementemente a articulação, não só entre Município e Juntas, mas igualmente entre as próprias Juntas. Deste modo, para que essas diferenças não se acentuem, pretende-se a manutenção do processo de delegação de competências, bem como a renovação dos contratos anuais de apoio financeiro, cujas conversações estão atualmente em curso.

Ao nível da eficiência energética tem-se vindo a desafiar as diferentes equipas/ divisões para a indicação de ações que promovam a diminuição dos consumos de energia, ou uma utilização da energia de forma mais racional. Entendendo que este tipo de ações se deverá iniciar nos edifícios municipais, a gestão mais eficiente da água e da energia elétrica tem sido um objetivo que já encontra melhorias.

Contudo estão em desenvolvimento análises a consumos de energia nos vários edifícios de forma a se poderem definir estratégias com incidência mais abrangente e que poderão passar por substituição de equipamentos com consumos de energia mais eficientes, investimento na aplicação de isolamento térmico, aquisição de equipamentos geradores de energia por via solar ou eólica, entre outras ações.

A proteção animal é um dos temas mais sensíveis dos dias de hoje, sendo das áreas geradoras de maiores divergências.

Neste mandato pretendem-se dar passos importantes nesta matéria, tendo já sido desenvolvidas reuniões de trabalho com as associações do município cujo objeto seja a defesa dos animais. Entende-se fundamental que as parcerias existentes sejam devidamente protocoladas, já que têm funcionado como complemento ao canil municipal (CROACI). Entretanto, desde dezembro de 2021, o Município passou a disponibilizar um serviço de recolha de animais fora do horário normal de funcionamento, desde que acionado pelas autoridades competentes, nomeadamente pela GNR, muito importante sobretudo em casos de acidentes rodoviários e que carecem de resolução no momento em que ocorrem.

A expansão do CROACI será uma realidade já em fevereiro/2022, momento que se iniciarão as obras, tendo em vista a melhoria das condições existentes, o aumento da capacidade para albergar cães e a criação efetiva de um gatil.

As contraordenações que têm sido encaminhadas pela GNR para o Município, relativas sempre a estacionamento, têm sido analisadas tendo em vista o rastreamento dos locais onde a incidência é maior. Com base nessa informação, em conjunto com a GNR, têm-se vindo a desenvolver estudos para que as contraordenações mais recorrentes tendam a diminuir, seja pelo reforço da sinalização horizontal e/ ou vertical, seja pela colocação de mobiliário que defina melhor os espaços, ou mesmo por alterações de trânsito.

As contra-ordenações, além das de trânsito, são relativas a construções ilegais, no entanto tem-se verificado que este tipo de processos tem diminuído.

2.4 OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS MUNICIPAIS

2.4.1 Empreitadas

Obras em Curso	<ul style="list-style-type: none">• Requalificação do Bairro dos Pescadores, Ílhavo (PEDU) – em fase de conclusão;• Construção Corredor Ciclável no âmbito do PAMUS (Percurso 1) Gafanha de Aquém/ Gafanha da Encarnação – em fase de conclusão / fecho de contas;• Construção Corredor Ciclável no âmbito do PAMUS (Percurso 2) Gafanha de Aquém/ Gafanha da Nazaré – em fase de conclusão / fecho de contas;• Requalificação do Navio-Museu Santo André – em fase de conclusão;• Construção da receção do Navio-Museu Santo André – em fase de conclusão;• Reforço do cordão dunar com a construção dos passadiços de ligação da Praia da Barra à da Costa Nova (APAmbiente/ CMI) - em fase de conclusão;• Arranjo do Largo das Ervasas, em Ílhavo – em fase de conclusão;• Requalificação do Bairro do Bebedouro (Blocos 2 e 5), Gafanha da Nazaré;• Rede de Águas Residuais e Pluviais da Gafanha da Encarnação – 2.ª fase (CMI e AdRA) - PAR 200;• Requalificação da Av. Nossa Sra. da Saúde, na Costa Nova, Gafanha da Encarnação• Dragagem de Manutenção do Cais dos Pescadores da Costa Nova;• Arranjos Urbanísticos no Município - Rua São Francisco Xavier - Passeios e Estacionamentos;• Requalificação da Rua da Cancelas - 1.ª Fase - Redes de Drenagem de Águas Residuais e Águas Pluviais;• Requalificação e Ampliação do Salão Cultural e da UCSP da Gafanha da Encarnação
Obras Adjudicadas	<ul style="list-style-type: none">• Reabilitação e manutenção do Pavilhão Municipal da Gafanha do Carmo – em preparação o início de obra;• Águas Residuais da Gafanha da Encarnação/Carmo (PAR 012) e Pluviais - Ílhavo - Visto do Tribunal de Contas atribuído em 17/01/2022. Em preparação o início da obra;

	<ul style="list-style-type: none"> • Construção do Corredor Ciclável PAMUS 11 – secção entre a Zona Industrial da Mota, Gafanha da Encarnação, e a Gafanha da Nazaré.
Obras Concluídas	<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação da Rua João Carlos Gomes - PARU; • Rampa de Acesso no Cais de Abrigo da Zona da Mota - Gafanha da Encarnação;
Procedimentos Contratação Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Remodelação/compartimentação das áreas de trabalho do interior do edifício da CMI; • Fábrica das Ideias da Gafanha da Nazaré – Obras de Reparação da Cobertura – procedimento de concurso público em preparação

2.4.2 Fundos Comunitários

PAMUS	<ul style="list-style-type: none"> • Percurso 11 – Corredor Ciclável – Zona Industrial da Mota – Gafanha da Nazaré;
PARU	<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação do Parque da Malhada; • Requalificação do Bairro dos Pescadores;
PAICD	<ul style="list-style-type: none"> • Habitação Social do Bebedouro;
MAR 2020	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação de Estruturas Flutuantes do Cais dos Pescadores da Costa Nova
PARQUE ESCOLAR	<ul style="list-style-type: none"> • Remoção de Coberturas de Fibrocimento na Escola Básica da Gafanha da Nazaré

2.5 COESÃO TERRITORIAL, PLANEAMENTO E URBANISMO

2.5.1 Planeamento e Ordenamento do Território

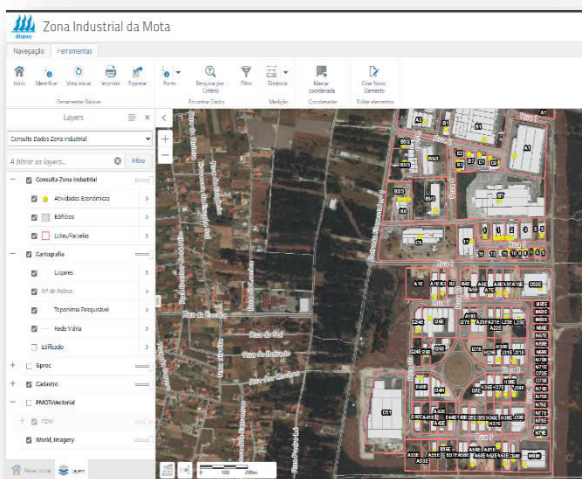
Alteração do PDM de Ílhavo no âmbito do quadro legal

No seguimento dos trabalhos a equipa CMI intensificou a elaboração dos principais elementos que irão constituir a Proposta de Alteração do PDM de Ílhavo para efeitos de realização da Conferência Procedimental até ao dia 31 de março de 2022, dos quais se destacam:

- Planta de Ordenamento;
- Planta de Condicionantes;
- Regulamento;
- Relatório de Fundamentação da Alteração;
- Planta e Relatório da Avaliação da Classificação do Solo como Urbano;

- Relatório de Avaliação das UOPG's;
- Planta e Relatório dos Compromissos Urbanísticos;
- Plantas de infraestruturas: Rede viária, Rede Ciclável, Rede de Abastecimento de Águas, Rede de Saneamento, Rede Elétrica, Rede de Telecomunicações, Rede de Gás;
- Relatório de Definição de Âmbito da AAE.

Zona Industrial da Mota – ZIM



Em curso estão os trabalhos de articulação entre as Equipas da CMI (DOPGU / DPOM) e a equipa da ESRI, para criar uma aplicação que permita a gestão de toda a informação destas importantes áreas municipais. A aplicação encontra-se em desenvolvimento tendo por base a informação respeitante à ZIM, e através da qual se pretende que existam ligações entre as atividades económicas existentes, o edificado a elas associado e os lotes onde este edificado se encontra.

Pretende-se utilizar esta metodologia para as restantes áreas de atividades económicas municipais.

2.ª Ampliação da RIASTONE



No seguimento da tramitação da 2ª Ampliação da Riastone, desenvolveram-se os procedimentos necessários para a conclusão deste procedimento.

Os procedimentos têm sido articulados com o ICNF para a definição da área a desafetar e conseqüentemente para a área a compensar.

Colónia Agrícola da Gafanha

No seguimento das diligências sobre os procedimentos a desenvolver na área da Colónia Agrícola da Gafanha, de forma a clarificar e resolver a propriedade e uso do solo identificados nesta área, realizaram-se reuniões com a Direção Geral de Tesouro e Finanças (DGTF) e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C).



Estratégia Local de Habitação (ELH)

A DPOM (Divisão de Planeamento, Ordenamento e Mobilidade) integrou o grupo de trabalho que definiu a Estratégia Local de Habitação do Município de Ílhavo.

Programa Estratégico Intermunicipal da Região de Aveiro

A DPOM (Divisão de Planeamento, Ordenamento e Mobilidade) contribuiu para este programa com a elaboração de um relatório, acompanhado do fornecimento de informação geográfica do PDM de Ílhavo, nomeadamente das plantas de ordenamento e condicionantes.

2.5.2 Mobilidade e Transportes

Serviço público de transporte de passageiros em autocarro com condutor – Ílhavo In

O serviço de transporte de passageiros criado com o objetivo de constituir uma alternativa complementar aos circuitos existentes cessou a sua operação. Desde esse momento tem sido feito o acompanhamento de eventuais solicitações, sendo que até à data não existiu qualquer pedido, todavia encontra-se em estudo o desenvolvimento de um eventual serviço alternativo.

2.5.3 Sistema de Informação Geográfica – SIG

Cadastro simplificado - Balcão Único do Prédio (bupi)

Início de Atividade: 1 setembro de 2021

Elaboração das RGG: Terça e quinta-feira com dois balcões de atendimento a partir de dezembro de 2021

O BUPi (Balcão Único do Prédio) é uma plataforma online e um balcão de atendimento presencial, que reúne informação sobre as propriedades e os seus donos, e onde os proprietários podem fazer a georreferenciação e o registo dos seus terrenos.



Dando continuidade à atividade iniciada em setembro de 2021, a CMI disponibiliza aos munícipes, com dois postos de atendimento (resposta à enorme afluência que se verificou nos 2 meses iniciais), um serviço de georreferenciação simplificada cujo objetivo é o de encurtar o tempo e os recursos necessários ao mapeamento e registo de propriedades rústicas, ou mistas, de forma gratuita.

Atendendo às prioridades de trabalho na DPOM (Alteração do PDM de Ílhavo / Topografia com trabalho transversal à estrutura técnica da CMI), e por motivos de afetação do Técnico SIG ao trabalho do PDM de Ílhavo, a Equipa está neste momento a trabalhar com um técnico: Sara Vieira (Arquiteta), em alternância com Francisco Silva (Topógrafo).

Até 31 de janeiro de 2022 foram concluídas 294 RGG - Representação Gráfica Georreferenciada

Cadastro Territorial Multifinalitário - Geoportal/SIG

Integrado no projeto Região de Aveiro Digital – RAD – tem como objetivo desenvolver uma plataforma que cadastra os equipamentos públicos e as redes de águas pluviais, que permita uma melhor decisão de âmbito intermunicipal.

Encontra-se em curso:

- a 2ª Fase - desenvolvimento do Geoportal/SIG para suporte do cadastro territorial multifinalitário;
- a integração de dados ainda se encontra numa fase embrionária, estando previstas várias sessões de acompanhamento entre os vários serviços e a empresa Novageo;

2.5.4 Topografia e Cadastro

O serviço de Topografia e Cadastro continua a prestar apoio às seguintes divisões técnicas da CMI (DOPGU, DOIA, DGEU), através da realização de levantamento topográficos, verificação de alinhamentos e implantações (PO).

Foram executados 6 levantamentos topográficos e 13 verificações de alinhamentos relativos a processos de obra.

2.6 OBRAS PARTICULARES E REABILITAÇÃO URBANA

2.6.1 Requerimentos

No quadro seguinte traduz-se a quantidade de requerimentos, por tipo, que deram entrada no período de 09/12/2021 a 31/12/2021, no Gabinete de Atendimento Geral (GAG) e na Secção de Apoio Administrativo (SAA) da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana (DOPGU), para posterior tratamento em termos de informação, despacho e notificação:

Ambiente	1
Arquitetura	28
Arquitetura e especialidade	4
Averbamento	5
Certidão	62
Comunicação prévia obras	1
Comunicação prévia estabelecimentos	19
Cópias	11
Demolição	1
Destaque de parcela	4
Diversos	26
Emissão de alvarás	41
Esclarecimentos entidades externas	18
Especialidades	15
Exposições	3
Ficha técnica da habitação	7
Gabinete Técnico Florestal	4
Horário de funcionamento	0
Informação prévia/Direito informação	31
Informação prévia loteamento	2
Início de obra	10
Inspeção elevadores	10
Junção de elementos	57
Legalizações	12
Loteamento	2
Número de polícia	4
Obras de urbanização	14
Ocupação Espaço Público/PUB	12
Ocupação Espaço Público Obras	11
Propriedade horizontal	0
Prorrogação licença	18
Renovação licença	3
Utilização	24
Verificação de alinhamentos	12
Vistorias	6
Total	478

Percentagem da tipologia no total de 478 registos

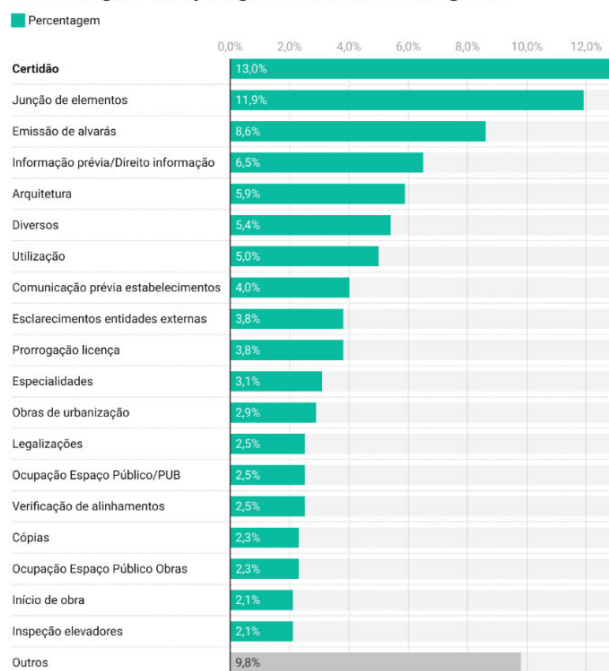


Gráfico: DOPGU - Fonte: Município de Ilhavo - Criado com Datawrapper

2.6.2 Documentos Produzidos

No quadro seguinte resume-se a quantidade de trabalho, traduzida em número de documentos produzidos nas áreas executiva, técnica e administrativa afetas à DOPGU, no mesmo período:

Informações	549
Despachos	281
Notificações	504
Certidões	105
Alvarás URBANISMO	75
Faturas emitidas Ocupação Espaço Público/Publicidade	99
Fatura pagas OEP/Publicidade	24
Instalação Estabelecimentos (RJACSR)	0
Instalação Indústria (SIR)	3
Reuniões técnicas com munícipes	91
Vistorias	27
Reuniões técnicas com cidadãos	69
Receita Urbanismo	49 899,00 €
Receita Ocupação Espaço Público	5 125,00 €
Receita Total	55 024,00 €

2.6.3 Atendimento ao Público

No quadro seguinte resume-se, para o período em análise, a quantidade de munícipes atendidos no GAG para tratar de assuntos no âmbito de obras particulares:

Total	1778
Número de dias	35
Média diária de atendimentos	51

Assuntos relativos aos atendimentos do Urbanismo

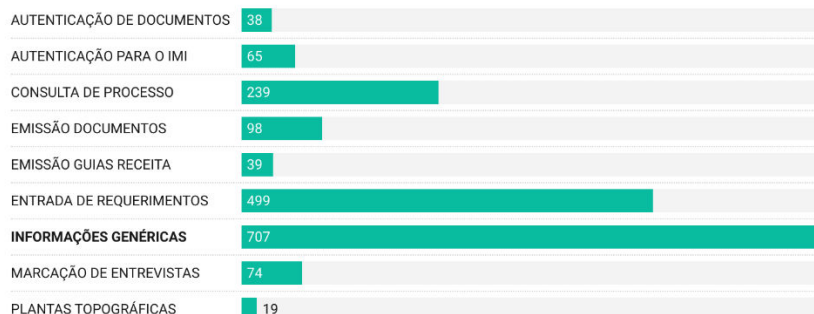
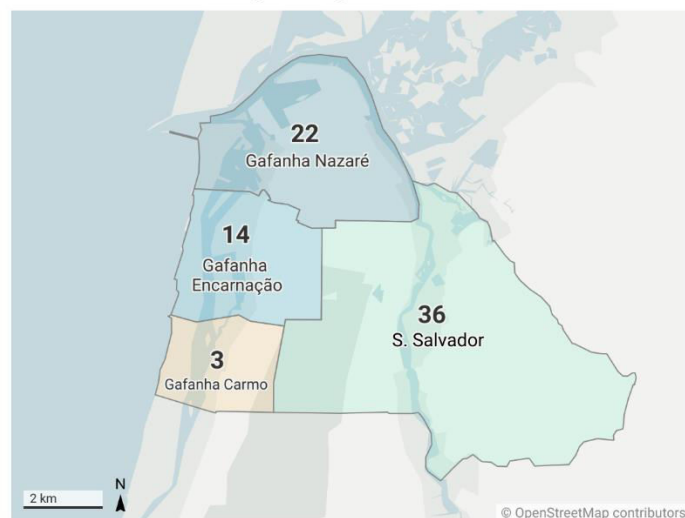


Gráfico: DOPGU • Fonte: Município de Ílhavo • Criado com Datawrapper

Emissão de alvarás por freguesia



Map: DOPGU • Source: Município de Ílhavo • Created with Datawrapper

2.7 GESTÃO OPERACIONAL (FROTA, ARMAZÉNS, TRÂNSITO, SEGURANÇA RODOVIÁRIA SINALIZAÇÃO E TOPONÍMIA)

Espaços Verdes	<ul style="list-style-type: none">• Manutenção habitual de relvados;• Execução de podas no Jardim Oudinot;• Trabalhos de jardinagem, aplicação de sementeira, nos espaços ajardinados do Parque Illiabum, entre o Posto de Turismo de Ílhavo e a Piscina Municipal;• Continuação de limpezas de logradouros das EB's 2/ 3 da Gafanha da Nazaré, da Gafanha da Encarnação e na EB2/ 3 das Cancelas (José Ferreira Pinto Basto);• Limpeza de canteiros na Av. 25 Abril;• Limpeza do separador da Av. Bacalhoeiros;• Limpeza de bermas na Pista Costa Nova – Vagueira;• Limpeza dos taludes do nó viário da Barra;• Limpeza de canteiros no Jardim da Medela.
Espaços Públicos	<ul style="list-style-type: none">• Trabalhos de manutenção nos passadiços em madeira existentes nas praias;• Manutenção de caminhos e zonas pedonais do Jardim Oudinot;• Ações de inspeção e manutenção dos Parques Infantis em todo o concelho;• Colocação de “pilaretes” em S. Salvador;• Continuação da construção do muro divisório do Lote dos Armazéns Gerais;• Construção de 3 lugares de estacionamento para Deficientes, de apoio às EB's 2/ 3 da Gafanha da Nazaré, da Gafanha da Encarnação e na EB2/ 3 das Cancelas (José Ferreira Pinto Basto);• Trabalhos de reparação e manutenção de diversos passeios e áreas de calçada, em vários pontos do concelho;• Continuação dos trabalhos de reconstrução dos trapiches do Cais dos Pescadores da Costa Nova (substituição de madeira das estruturas flutuantes);• Reparação e pintura de parque estacionamento do Edif. Sócio Educativo da Gafanha da Encarnação;• Realização de obras de manutenção de Passeios junto à EB 2/ 3 das Cancelas - José Ferreira Pinto Basto, e também em frente da EB 2/ 3 da Gafanha da Encarnação;• Acompanhamento dos trabalhos de Reparação das Paragens de Autocarros na Gaf. Encarnação;• Recolhas de Resíduos Diferenciados dos Ecopontos existentes no Centros Escolares;

	<ul style="list-style-type: none"> • Recolha de Resíduos Diferenciados dos Ecopontos dos diferentes edifícios Municipais;
Edifícios e Equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de trabalhos de pinturas do Edifício dos Armazéns Gerais; • Realização de trabalhos de remodelação do Estaleiro Municipal; • Montagem de “Espaços de Vacinação”, em colaboração com a ARS; • Carga e transporte de mobiliário da ARS da Extensão de Saúde da Gafanha da Encarnação; • Manutenção e trabalhos de rotina nos WCs (públicos e dos vários edifícios); • Execução de trabalhos de reparação de rotura na Fonte do Homem do Mar; • Acompanhamento do processo de decisão para a realização do trabalho de substituição das caleiras de águas pluviais dos corredores exteriores na EB 2/ 3 da Gafanha da Nazaré, devido ao apodrecimento das anteriores; • Acompanhamento das ações necessárias à entrada em funcionamento das diversas caldeiras de aquecimento de todos os Centros Escolares, bem como das Escolas Básicas, Jardins de Infância e ATL do Município, bem como realização de trabalhos de manutenção no âmbito dos trabalhos de preparação com vista à entrada em funcionamento das mesmas no período de temperaturas mais baixas; • Reparação do muro exterior do C.E. da Cambeia; • Reparações de beneficiação em várias portas dos Balneários M e F, da Piscina de Ílhavo; • Instalação de lavatório autónomo na Sala 1 do 1º piso da EB1 da Cale da Vila, e reparação dos portões de entrada na mesma escola; • Acompanhamento dos trabalhos de substituição de vidros partidos na sala da Pré do CE de Vale de Ílhavo, na EB1 da Chousa Velha e também da EB 2/ 3 da Gafanha da Encarnação; • Execução dos trabalhos de beneficiação dos portões de ferro exteriores do Pavilhão da Gafanha da Encarnação; • Realização de trabalhos de reparação do sistema de alimentação de água quente do tanque Principal da Piscina de Ílhavo; • Acompanhamento dos trabalhos de reabilitação das bombas de circulação de água quente do tanque principal da Piscina de Ílhavo; • Acompanhamento da execução dos trabalhos de manutenção e reabilitação das Portas de Emergência da Piscina Municipal da Gafanha da Nazaré;

- Execução dos trabalhos de substituição dos Ventiladores de Extração das zonas públicas (átrio da entrada e corredores dos balneários) da Piscina da Gafanha da Nazaré;
- Execução dos trabalhos de preparação (pinturas, canalizações, etc.) dos novos locais para a instalação das máquinas de “vending” no Edifício da CMI;
- Apoio nas alterações e modificações em gabinetes, realização de trabalhos de pinturas e de reparação dos tetos suspensos em diversos pontos do Edifício da CMI;
- Manutenção, recuperação e reabilitação do piso da cozinha dos Armazéns Gerais;
- Renovação e Pintura dos muros dos Armazéns Gerais;
- Substituição de projetores de iluminação em mau estado no edifício dos Armazéns Gerais;
- Continuação dos trabalhos de reorganização dos diferentes espaços dos vários sectores dos Armazéns Gerais, nomeadamente: Área dos Jardineiros; Oficina de Eletricidade, e Armazéns de Materiais Diversos;
- Acompanhamento das ações de Inspeção de Gases Fluorados aos equipamentos frigoríficos do Mercado da Barra e dos Armazéns Gerais;
- Acompanhamento dos trabalhos de beneficiação da máquina de frio da Câmara do Peixe n.1, do Mercado da Costa Nova;
- Acompanhamento dos trabalhos de manutenção nos Chiller’s Ambientais do Aquário dos Bacalhaus levados a cabo pela ArFit, no âmbito do contrato de manutenção celebrado com a empresa;
- Acompanhamento dos trabalhos de reparações em diversas eletrobombas do sistema de suporte de vida das espécies existentes no Aquário dos Bacalhaus (Chillers, UTA, escumadores, tanque de salga e restantes equipamentos);
- Acompanhamento das operações de manutenção e reabilitação do referido sistema de climatização do Museu Marítimo de Ílhavo, nomeadamente a reparação e a recuperação de condutas corroídas;
- Apoio com transportes, cargas, descargas e diversas montagens no Laboratório do Envelhecimento;
- Acompanhamento dos serviços de reparações no parque automóvel, e restante parque das diferentes máquinas, em particular viaturas ligeiras e pesadas, e ainda máquinas de jardinagem;
- Apoio no transporte e nas montagens em várias atividades e outros eventos culturais e desportivos realizados, a saber:

Eventos

- LEME;
- BALOIÇAR;
- Exposição “DIÁLOGOS”;
- Inauguração do LABORATÓRIO DO ENVELHECIMENTO;
- CICLO CROSS.

2.8 PROTEÇÃO ANIMAL

No quadro seguinte resume-se a atividade do Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Ílhavo (CROACI) no período em discussão, nomeadamente:

Resumo / Mês	Dez 21	Jan 22	Total (Dez – Jan)	Total 2021
Animais recolhidos na via pública	8	12	20	111
Animais entregues no CROACI	0	0	0	30
Animais restituídos ao detentor	2	1	3	26
Animais adotados	1	12	13	103
Ocisão de animais	0	0	0	7
Animais esterilizados	36	5	41	165
Programa CED – Captura/Esterilização/Devolução - gatos	13	6	19	84
Vacinados (CVARIE – Campanha vacinação antirrábica e identificação eletrónica) - cães	26	0	26	426
Identificação Eletrónica (CVARIE – Campanha vacinação antirrábica e identificação eletrónica) - cães	12	0	12	174

Ainda no âmbito Veterinário, registam-se as seguintes atividades:

- Colaboração com autoridades (UCC-GNR), concretamente com 2 situações de apreensão de pescado na lota – inspeção de 135.5kg de pescada e 71.5kg de raia curva apreendidos por apresentarem medidas inferiores aos tamanhos e pesos definidos na Portaria n.º 27/2001 (pescada) e por a captura ser proibida (raia), que foram encaminhados para instituições de solidariedade social após aprovação para consumo humano;
- Vistorias de Insalubridade – participação na comissão de vistorias de insalubridade.

2.9 CONTRAORDENAÇÕES E EXECUÇÕES FISCAIS

No período de atividade em análise o Gabinete de Apoio Jurídico, Notariado e Execuções Fiscais procedeu:

- Pareceres jurídicos emitidos – 36
- Atendimento a estruturas e munícipes – 68
- Autos de notícia de contraordenações – 21 (todos relativos a estacionamento)
- Coimas recebidas:
 - Estacionamento: 1.251,00€ (30% reverte para a entidade fiscalizadora – GNR)
 - Outras contraordenações: 2.204,59€
- Processos de Responsabilidade Civil concluídos – 14
- Processo de Obras - 9

Atividade	Obras	Responsabilidade Civil	contraordenações	Contratação Pública	Outros assuntos	TOTAL
Informações jurídicas emitidas	8	10	4	7	7	36
Atendimento a estruturas e munícipes	8	36	4	1	23	68

Pelouros:

**Modernização
Administrativa
Recursos Humanos
Gestão Financeira
Educação e Formação
Profissional
Desporto e Vida
Saudável
Comunidade
Fundos Comunitários
Atendimento ao Público
Taxas e Licenças
Jurídico e Contencioso
Comércio / Mercados /
Venda Ambulante
Proteção Civil**

A implementação de uma política de proximidade e de responsabilidade cria condições para o envolvimento dos agentes da comunidade e promove a participação cívica de todos os intervenientes. Com o objetivo de potenciarmos a melhor resposta à comunidade, estamos a trabalhar na desmaterialização de processos, assente numa metodologia bidirecional.

Este Executivo Municipal pretende tornar a Administração Pública mais eficiente e mais moderna, capacitando os seus recursos humanos, tendo por base a legislação que a suporta, promovendo as mobilidades intercarreiras que, no nosso entender, deveriam ter resposta no enquadramento organizacional.

Na educação, a resposta do serviço educativo assim como todos os serviços associados à divisão foram auscultados e efetuadas auditorias de controle de processos. Verificou-se, no período em análise, problemas com a resposta do pessoal não docente e professores das atividades extra curriculares no que diz respeito à assiduidade. Em resultado disso, os Recursos Humanos tiveram um papel preponderante na colmatação dos problemas de afetação da normal atividade.

Quanto à formação, realçamos o papel do SAFE (CEI e CEI+, estágios curriculares/profissionais) e a entrada dos estagiários do Programa Municipal de Bolsas de Estágios de Trabalho, exigindo à estrutura uma redobrada atenção na formação e acompanhamento destes novos elementos.

No âmbito desportivo, estão a ser criadas dinâmicas que envolvam a comunidade e que projetem o Município. O cancelamento do corta-mato escolar e outras atividades marcou este período de tempo que vivemos. Continuamos a observar o reagendamento de atividades como por exemplo a Meia Maratona de Ílhavo, entre outras.

Está em curso um plano para que todas as atividades sejam retomadas a curto prazo, assim como esperamos conseguir um maior envolvimento da nossa comunidade no Pelouro Comunidade, que agrega Associações, Juventude, Maior Idade e Inclusão.

O acesso a fundos comunitários tem sido analisado por toda a estrutura, cabendo o enquadramento e a decisão às divisões sobre os avisos lançados. Validamos esta metodologia participativa como o melhor processo para operacionalizar fundos que envolvem a gestão financeira, técnica e operativa.

No atendimento ao público, há a introdução de mais formulários de consulta e preenchimento online, o que obrigou o nosso atendimento a configurar tempos diferente para o tratamento dos processos, ditando uma maior envolvência interna da equipa, assim como a sua formação para uma melhor resposta. Trabalhamos, assim, continuamente para os melhores resultados em termos de execução por processo, associando o excelente trabalho do Espaço do Cidadão e do Bupi.

Na área das Taxas e Licenças há muito trabalho a fazer-nos últimos dois anos, verificou-se a existência de não cobrança. Temos que fazer uma reflexão profunda sobre os regulamentos associados às mesmas. Refira-se que a necessidade de rever taxas nem sempre está relacionada com a inflação, mas sim com o comportamento da economia e a gestão do espaço público e propriedade da Câmara.

No âmbito Jurídico e Contencioso, aguardamos pela conclusão do processo de contratação para reforçar o Gabinete Jurídico da Câmara Municipal. A conclusão de processos de responsabilidade civil do Município perante terceiros tem sido uma prática, assim como a entrada de processos de contencioso retratados no presente documento.

A Proteção Civil municipal tem um longo processo para percorrer decorrente de alterações legislativas. Exige uma maior e melhor articulação municipal e distrital, assim como a atualização das reuniões da proteção civil. Na nossa opinião, devemos separar os processos de Higiene e Segurança no Trabalho dos processos de Proteção Civil, uma vez que os mesmo têm sido desempenhados em conjunto pela mesma técnica superior, situação esta que deverá ser observada no futuro.

Ressalvamos uma melhor resposta do Gabinete Técnico Florestal com o regresso do técnico superior após seis meses de ausência, período no qual os processos estiveram estagnados.

2.10 MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Município de Ílhavo integra o projeto intermunicipal de Modernização Administrativa da Região de Aveiro (Região de Aveiro Digital – RAD) com o qual se pretende alcançar práticas e modos de interação idênticos aos onze municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, favorecendo a similitude de instrução de requerimentos e respetivos elementos instrutórios pelos cidadãos e demais agentes económicos.

Encontram-se a ser implementadas novas práticas de atendimento presencial e online que têm como principal objetivo desburocratizar áreas consideradas chave para o normal funcionamento da autarquia: processos de obras, emissão de licenças, formulários de recursos humanos, cedências de espaços/equipamento, etc.

A par disso, o Executivo tem apostado na normalização dos documentos internamente utilizados pelos colaboradores do município, encontrando-se atualmente em curso o desenho dos circuitos de aprovação digital de documentos para que o volume de papel a circular seja substancialmente reduzido e paulatinamente se transite para o digital.

Em cumprimento da legislação em vigor, a CMI tem à disposição diversos canais de comunicação através dos quais os Munícipes podem ser apresentados pedidos de esclarecimentos, elogios, sugestões e reclamações relativos aos serviços prestados pela Autarquia, às pessoas que o prestaram, bem como em relação aos procedimentos administrativos, designadamente:

1. Digitalmente:

- Site institucional
- “Sugestões/Reclamações”
- “Pergunte-nos”
- Livro de Reclamações Eletrónico
- Email
- Facebook

2. Presencialmente:

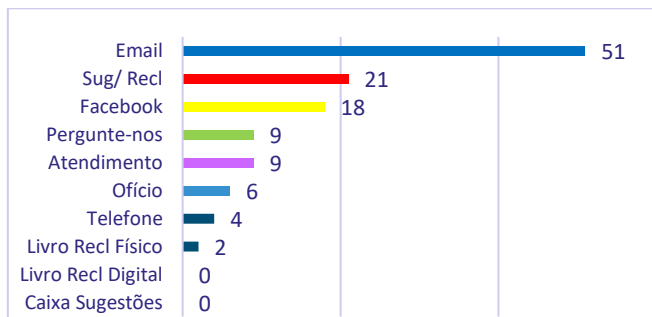
- Atendimento
- Caixa de Elogios e Sugestões
- Livro de Reclamações (formato físico)

3. Correio

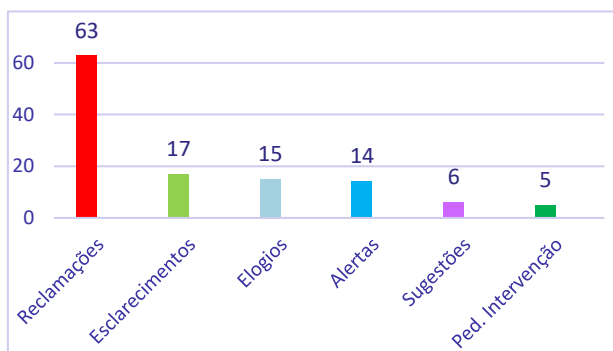
4. Telefone

No período em análise foram rececionadas um total de 120 comunicações de Munícipes. O gráfico infra, ilustra a sua distribuição pelos diversos canais disponíveis, constatando-se que os meios digitais continuam a ser preferencialmente utilizados, quer através dos espaços disponíveis no site

(“Sugestões/Reclamações” e “Pergunte-nos”) quer através de email ou do Facebook. De facto, a via digital detém cerca de 82% do total das comunicações recebidas.



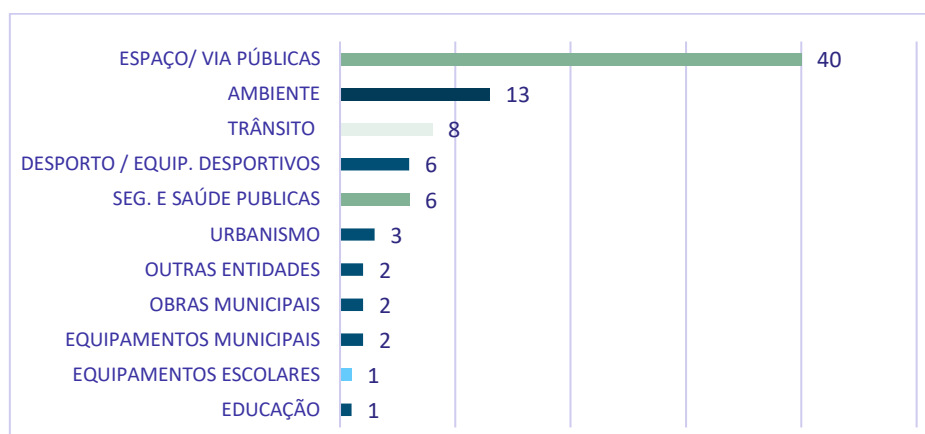
Relativamente à tipologia das comunicações, constata-se que as reclamações assumem o papel principal com 63 ocorrências, logo seguidas pelos pedidos de esclarecimento (17), conforme se ilustra no gráfico seguinte:



Deram entrada um total de 5 Sugestões, relativas à área do Ambiente, Trânsito e Equipamentos Municipais. As sugestões recebidas são encaminhadas para as unidades orgânicas responsáveis que procedem a uma cuidada análise, sendo que, aquelas que representam uma mais-valia e se traduzem numa melhoria na prestação do serviço público, são acolhidas procedendo-se à sua implementação.

Os Elogios recebidos inserem-se, quase na sua totalidade, na área da Maioridade e dizem respeito às Iniciativas e Projetos desenvolvidos por aquela Subunidade Orgânica.

Os Alertas, Pedidos de Intervenção e Reclamações rececionados estão relacionados com as mais diversas áreas de atuação da Autarquia, com especial incidência para o Espaço/Via Públicas, onde se registou o maior número de ocorrências. O gráfico infra ilustra a tipologia das comunicações recebidas:



Dos 84 Alertas, Pedidos de Intervenção e Reclamações recebidos, 48 foram resolvidos/encerrados, tendo-se procedido à elaboração da resposta ao Município, dentro do prazo legalmente estabelecido. Com efeito, o prazo médio de resposta àquelas comunicações foi de 11 dias. As restantes comunicações encontram-se em análise pelas respetivas Unidades Orgânicas.

2.11 ATENDIMENTO AO PÚBLICO

O atendimento ao público é feito presencialmente, sem necessidade de marcação prévia, das 9h às 12h e das 13h às 16h. Atualmente encontram-se desmaterializados na plataforma dos serviços online 69 formulários para a área das obras particulares.

No período em análise os dados relacionados com o atendimento são os seguintes:

N.º Total Atendimentos

Presencial	Mediado	E-mail	Internet	Alvarás	Telefónico
647	16	47	145	47	372

Gráfico comparativo do n.º de atendimento no período homologado

Atendimento	JAN'21	JAN'22
Presencial	402	647
Mediado obp	1	16
E-mail	46	47
Internet	3	145
Alvarás	35	47
Telefónico	102	372

Analisando os gráficos e tabelas constatamos que os assuntos relacionados com Obras Particulares continuam a representar o maior volume do atendimento presencial, por e-mail e por telefone.

A contínua disponibilização de formulários na plataforma online em vindo a traduzir-se num aumento exponencial do número de atendimentos face ao período homologado.

No atendimento presencial, com a introdução do serviço de acesso mediado à plataforma online, verificou-se também um aumento do tempo de atendimento. Este aumento, deve-se à mediação na realização do registo dos munícipes aos serviços online, à submissão de formulários e à verificação de todos os elementos instrutórios, nomeadamente prefixos, formatos, capacidade máxima, assinatura digital, elementos obrigatórios e/ou facultativos.

No mês de janeiro, o tempo médio de atendimento presencial foi de 19:53 minutos, justificado pelo fato de serem atendimentos relacionados com processos de obras particulares, situações que carecem de uma análise mais cuidada e complexa tendo muitas vezes que recorrer ao apoio dos técnicos para facultar informação aos munícipes.

Comparativamente com o mês de janeiro de 2021, verificou-se um aumento do número de atendimentos presenciais, embora os atendimentos do mês de janeiro de 2021 tenham sido feitos por agendamento/marcação.

2.12 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO

Educação

Serviço Educativo Municipal de Ílhavo – SEMI

O SEMI manteve a sua regular atividade de articulação entre as escolas e os espaços educativos e culturais do município, na gestão das visitas aos mesmos. Algumas visitas previamente agendadas foram canceladas por parte das escolas fruto de isolamentos de turmas e/ou ações preventivas definidas pelos Agrupamentos de Escolas (cancelamento de atividades exteriores ao espaço escolar).

O quadro abaixo explicita a relação entre as visitas agendadas e as realizadas.

Os espaços Navio Museu Santo André, Escola Municipal de Educação Rodoviária e Centro de Educação Ambiental não tinha visitas agendadas fruto da distribuição de visitas, por sazonalidade, definida no quadro de referência do SEMI para o presente ano letivo.

<i>Espaços</i>	<i>N.º de turmas/visitas no período de 9 de dezembro a 31 de janeiro</i>	<i>N.º de turmas/visitas previstas e posteriormente anuladas, para o período homólogo</i>
Museu Marítimo de Ílhavo	5	2
Navio Museu Santo André	-	-
Centro de Religiosidade Marítima	1	0
Casa da Cultura de Ílhavo	8	2
Laboratório das Artes	1	
Escola Municipal de Educação Rodoviária	-	-
Centro de Educação Ambiental	-	-
Biblioteca Municipal de Ílhavo	9	1
Centro de Documentação de Ílhavo	3	
Museu Vista Alegre	0	
Estaleiro - ECI	10	2
Total	37	7

Juventude

Programa Vocação 2022

Após a aprovação das normas de participação do Programa Vocação, foi aberto o processo de candidaturas para o Turno 1 que se realiza entre os meses de janeiro e março, com a duração de 90 horas. Candidataram-se 14 jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 21 anos. Terminado o período de entrevistas e seleção dos candidatos, foram selecionados 12 jovens, distribuídos pelas seguintes áreas e equipamentos da Câmara Municipal de Ílhavo:

Área 4 - Dinamização de Espaços Educativos, Lúdicos e Culturais

- Biblioteca Municipal de Ílhavo - 2 jovens
- Estaleiro – 1 jovem
- Casa da Cultura de Ílhavo – 1 jovem

Área 6 – Maior Idade

- Núcleo da Maior Idade – 3 jovens

Área 7 – Valorização e Promoção do Património e da Cultura do Mar

- Centro de Documentação de Ílhavo – 2 jovens
- Centro de Religiosidade Marítima – 1 jovem
- Museu Marítimo de Ílhavo – 1 jovem
- Posto de Turismo da Costa Nova – 1 jovem

A Câmara Municipal de Ílhavo continua a apostar na formação pessoal e académica dos jovens. Neste sentido foi dinamizado o primeiro workshop, dirigido aos participantes do Turno 1, subordinado ao tema Gestão do

Tempo e Imagem. Este momento de educação não formal realizou-se no Laboratório do Envelhecimento, na tarde do dia 28 de janeiro, sob a orientação da psicóloga Mariana Coelho. Ainda no decorrer deste Turno, serão promovidos mais dois momentos formativos, com o intuito de proporcionar aos jovens experiências de enriquecimento pessoal e de desenvolvimento das suas competências.

Este programa anual contempla mais dois turnos, o segundo que se realizará de abril a junho e o terceiro no período de outubro a dezembro. Para participar no Turno 2, os jovens poderão entregar a sua candidatura até 18 de março.

Programa Municipal de Bolsas de Estágio de Trabalho (PMBET)

A 20 de janeiro foram recebidos pelo Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, os 20 jovens colocados no Programa Municipal de Bolsas de Estágio de Trabalho (PMBET). Após o período de inscrições e análise das 46 candidaturas, os jovens selecionados iniciaram funções nos diversos serviços da Câmara Municipal de Ílhavo, nos projetos seguintes:

- Ação Social e Maioridade (2 estagiários)
- Administração Pública (3 estagiários)
- Apoio Administrativo (2 estagiários)
- Comunicação, Design e Multimédia ou Novas Tecnologias (3 estagiários)
- Conservação e/ou Restauro (2 estagiários)
- Educação e Ciência (STEAM) (2 estagiários)
- Eletricidade (1 estagiário)
- História (1 estagiário)
- Proteção Civil (1 estagiário)
- Serviço Educativo ou Estudos Artísticos (2 estagiários)
- Turismo (1 estagiário)

O programa de estágios decorre até 31 de dezembro de 2022.

Desporto

Desporto

Para além do regular funcionamento das piscinas municipais, Escola Municipal de Ténis e gestão de pavilhões e polidesportivos estava ainda prevista a dinamização do Programa Férias Divertidas de Natal 2021.

Dirigido a crianças dos 6 aos 12 anos de idade, e agendado para os períodos de pausas letivas, de 20 a 23 de dezembro e de 27 a 30 de dezembro, o programa não se realizou por motivos inerentes à situação pandémica atravessada pelo país à data, a saber:

- No período de inscrições, a primeira semana não atingiu o número mínimo de inscrições para início do programa;
- Na sequência da determinação da antecipação do período de contenção, e consequente introdução de novas restrições a partir do dia 25 de dezembro, o Executivo Municipal cancelou também as atividades das Férias Divertidas Natal 2021 previstas para a semana de 27 a 30 de dezembro.

Face às semanas de contenção foi ainda realizada uma reunião com os clubes e Associações Desportivas no sentido de os sensibilizar para a importância de serem adotados comportamentos preventivos neste período, sendo assim possível compreender a previsão de treinos e as adaptações ao nível dos planos de contingência dos mesmos.

2.13 JURÍDICO E CONTENCIOSO

Processo Judiciais pendentes a 15.02.2022

1. Processo n.º 946/11.0BEAVR – Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	J. Gomes - Sociedade de Construções do Cávado, S.A. Alexandre Barbosa Borges, S.A.
Réu	Município de Ílhavo

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação os autores, na qualidade de consórcio construtor do Centro Cultural de Ílhavo, peticionam ao Município de Ílhavo uma indemnização correspondente a:

- Arquitetura de cena, por alegadamente o Município de Ílhavo ter rejeitado o material proposto por aquelas entidades, os quais detinham a qualidade, dimensões, formas e demais características definidas nas peças patenteadas a concurso, tendo uma solução mais cara, justificada apenas pela exigência de uma determinada marca do equipamento, no valor de 712.506,54€.
- Sistema de gestão de ingressos e vídeo vigilância no parque de estacionamento, alegadamente não previsto no caderno de encargos, tendo o Município de Ílhavo obrigado à sua colocação, no valor de €83.190,00.
- Reequilíbrio contratual, no valor de 675.350,76€, em virtude da prorrogação de prazo de execução da empreitada;

- d) Juros vencidos até à data da propositura da ação, no valor calculado de 559.857,90€ assim como os que se vencerem e vierem a vencer até efetivo e integral pagamento da indemnização que (e se) vier a ser arbitrada.

B. VALOR DA AÇÃO

2.030.905,20€ (dois milhões, trinta mil e novecentos cinco euros e vinte cêntimos)

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Aguarda-se o decretamento da sentença.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexistem seguros ou outros mecanismos legais suscetíveis de transferir responsabilidade ou requerer o direito de regresso sobre terceiros.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Não nos pronunciaremos sobre a taxa de (in)sucesso do presente processo considerando a fase processual em que o mesmo se encontra.

2. Processo n.º 690/15.0BEAVR – Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	Herança aberta por óbito de Paulo Seabra Ferreira da Fonseca Maria Celeste de Oliveira Salgueiro Seabra Fonseca
Réu	Município de Ílhavo

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação os autores peticionam que seja declarada a nulidade dos atos administrativos consubstanciados:

- na deliberação da Câmara Municipal de Ílhavo, de 04.03.2015, que deliberou por unanimidade ratificar a decisão do Presidente da Câmara de proceder à adjudicação definitiva à sociedade José António Parente, Lda., da empreitada de requalificação do mercado da Barra;
- deliberação da Câmara Municipal de Ílhavo, de 07.01.2015, que autorizou a despesa inerente àquele contrato de empreitada daquela obra e a realização do respetivo procedimento de contratação;
- deliberação da Câmara Municipal de Ílhavo, de 18.03.2015, que ratificou o despacho da Câmara de aprovação do referido contrato de empreitada.

E por via disso:

- d) ser o Município de Ílhavo condenado a demolir, a expensas suas, e em prazo não superior a 90 dias, toda a obra que edificou na Rua do Mercado e,
- e) a deixar este arruamento integralmente desembaraçado para o trânsito automóvel e de peões ou, subsidiariamente, condenar-se o Município de Ílhavo a, em igual prazo, repor o Mercado da Barra e a Rua do Mercado no estado em que se encontravam antes do início da obra.

B. VALOR DA AÇÃO

30.000,01€ (trinta mil euros e um cêntimo)

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Proferido despacho saneador, o Tribunal concluiu que, atenta as causas de pedir, tal como formuladas, e os pedidos tal como formulados (e atenta a sua relação de dependência), não carecem os Autores de tutela judiciária, no âmbito da presente ação administrativa, não podendo convidar ao aperfeiçoamento da petição inicial, uma vez que segundo o entendimento expressado tal possibilidade inexistente, uma vez que a petição inicial carece de profundas alterações, nomeadamente, no que respeita à causa de pedir e aos pedidos atendendo, desde logo, à questão que se coloca da competência do Tribunal, sob pena de se substituir no exercício do impulso processual e na formulação do pedido, os quais cabem em exclusivo ao Autor.

Entretanto o processo foi remetido do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro para os juízos de competência especializada do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Não existe.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Se o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto manter a posição sufragada no despacho saneador proferido pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro a sentença será favorável ao Município, contudo, aguardamos a posição do TAF Porto.

3. Processo n.º 756/15.6BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	Carlos Alberto da Fonseca do Céu Maria Deolinda Fernandes Ribeiro
Réu	Município de Ílhavo Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação os autores vieram impugnar uma alegada “ordem dada pela autoridade(s) administrativa(s) – de demolição das construções implantadas e reposição do terreno na situação anterior à prática da infração”, alegadamente vertida num despacho do senhor Presidente da Câmara de Ílhavo, datado de 04.MAR.2015 e referente a construções edificadas no chamado Caminho do Praião, na Gafanha da Encarnação.

B. VALOR DA AÇÃO

30.000,01€ (trinta mil euros e um cêntimo)

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Contestada a ação, aguarda-se o agendamento da audiência prévia.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexistem.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Somos do parecer de ser bastante ténue a probabilidade de sucesso da pretensão dos autores.

4. Processo n.º 44/15.8T9AVR-Departamento de Investigação e Ação Penal

Arguida	Natália Teixeira Garcia
Ofendido	Município de Ílhavo

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

O Ministério Público deduziu acusação, para julgamento em processo comum e perante Tribunal Coletivo, contra a agente de execução nomeada/indicada no processo n.º 446/14.7T2OVR, que correu termos no Juízo de Execução de Ovar, no qual o Município de Ílhavo foi executado e exequente a

sociedade Nolasco & Coelho, Lda. No despacho de acusação é imputada à arguida, no exercício dessa função, ter retido, injustificadamente, do Município a quantia de 79.041,21€, montante que se terá apoderado em proveito próprio, a título de dolo, praticando, por isso, um crime de peculato, previsto e punido, pelo n.º 1 do artigo 357.º do Código Penal e pelas alíneas a) b) e c) do n.º 1 do artigo 66.º e artigo 67.º do referido diploma.

B. VALOR DA AÇÃO

Não aplicado em processo penal.

C. POSIÇÃO PROCESSUAL DA AÇÃO

Encontra-se agendada o início da audiência de discussão e julgamento, na qual o Município de Ílhavo tem a posição processual de assistente.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Não aplicável.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Inexistente.

5. Processo n.º 989/15.5BEAVR - Tribunal Central Administrativo do Norte

Autor	Massa Insolvente de Casa Própria Lda.
Réu	Município de Ílhavo

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação veio a autora reclamar do Município de Ílhavo uma indemnização no montante de 768.876,84€, acrescida de juros à taxa legal desde a data da citação da petição inicial até ao efetivo e integral pagamento, emergente do lucro que terá perdido por, alegadamente, culpa do Município de Ílhavo, a sociedade insolvente, cuja massa representa, não ter edificado, quando pretendia, um determinado prédio destinado a habitação coletiva, na Praia da Barra.

B. VALOR DA AÇÃO

768.876,84€ (setecentos e sessenta oito mil, oitocentos e setenta e seis mil euros e oitenta e quatro cêntimos)

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Proferida sentença que absolveu o Município de Ílhavo, a autora interpôs recurso para o Tribunal Central Administrativo Norte

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexiste.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Não é possível emitir um juízo quanto à decisão ao acórdão a vir a ser proferido pelo Tribunal Central Administrativo Norte.

6. Processo número 5/16.0 BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	
Autor	José Mário Ferreira Santos
Réu	Município de Ílhavo
Intervenientes	Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação Infraestruturas de Portugal, S.A. Caravela-Companhia de Seguro, S.A.

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação vem o autor alegar que no dia 15 de dezembro de 2014, pelas 09 horas, na Rua da CERCIAV, sita na freguesia da Gafanha da Nazaré, quando conduzia o seu veículo ciclomotor, subitamente, embateu num buraco ali localizado. Não obstante inexistir qualquer sinalização de obra e muito menos qualquer sinal que alertasse os utentes da via para a perigosidade das condições da mesma, atribui a responsabilidade pela produção dos danos sofridos com o citado acidente ao Município de Ílhavo e às Juntas de Freguesia da Gafanha da Nazaré e da Encarnação, por não conseguir determinar quem é o responsável pela conservação daquela via.

Assim, o objeto do litígio reconduz-se ao apuramento da responsabilidade civil extracontratual pelos danos decorrentes do acidente de viação.

B. VALOR DA AÇÃO

195.597,70€ (cento e noventa e cinco mil, quinhentos e noventa e sete euros e setenta cêntimos) [160.000,00€ a título de indemnização pela incapacidade física + 14.000,00€ pela perda de rendimentos + 267,00€ pela reparação do veículo]

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Proferido despacho saneador, encontram-se a ser realizados os meios de prova periciais requeridos e deferidos.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

A (eventual) responsabilidade do Município de Ílhavo encontra-se transferida para a Companhia de Seguros Caravela.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Escassa para o Município, já que se encontra limitada ao valor da franquia do seguro.

7. Processo n.º 740/16.2BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	Maria da Guia Ferreira de Matos Portugal
Réu	Município de Ílhavo

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação a autora vem invocar o pagamento da quantia de 9.835,78€, a título de danos patrimoniais e não patrimoniais, decorrente de uma queda ocorrida na Piscina Municipal de Ílhavo.

B. VALOR DA AÇÃO

9.835,78€ (nove mil, oitocentos e trinta e cinco euros e setenta e oito cêntimos)

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Por sentença o Município de Ílhavo foi absolvido do pedido da autora a qual não interpôs recurso, transitando em julgado.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexiste.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

É muito improvável o sucesso da autora, em caso de interposição de recurso.

8. Processo n.º 424/17.4 BEAVR-Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local
Réu	Município de Ílhavo

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação veio o trabalhador, através do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional [STAL] peticionar a anulação do ato praticado pelo Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, em 17.JAN.2017, que lhe indeferiu o pedido de mudança de posição remuneratória que havia formulado em 16.MAR.2016, assim como o posicionamento do seu associado na 7ª posição remuneratória, nível 7, da categoria de assistente técnico, da carreira de assistente técnico (789,54€) e o pagamento das diferenças salariais em dívida, e juros de mora, que à data da propositura da ação eram as seguintes:

Ano	Valores
2010	1.009,12€
2011	1.009,12€
2012	1.009,12€
2013	1.009,12€
2014	1.009,12€
2015	1.009,12€
2016	1.009,12€
2017	288,32€

B. VALOR DA AÇÃO

7.352,16€ (sete mil, trezentos e cinquenta e dois euros e dezasseis cêntimos)

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Dispensada a realização da audiência prévia, aguarda-se a notificação do despacho saneador com sentença, uma vez que o Tribunal, através de despacho, notificou as partes nesse sentido.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexistem.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

É muito diminuta a probabilidade de procedência da ação.

9. Processo n.º 34/17.4 BEAVR-Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local
Réu	AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A.
Interveniente	Município de Ílhavo

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação veio o trabalhador, através do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional [STAL] peticionar ação administrativa de condenação ao reconhecimento do direito dos trabalhadores Aníbal Lopes, António Silva, Júlio Fernandes e Sérgio Barbosa, a remuneração superior com o conseqüente pagamento das diferenças salariais.

B. VALOR DA AÇÃO

16.000,00€ (dezasseis mil euros)

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

A autora foi notificada para, querendo, apresentar Réplica à posição processual assumida pelo Município de Ílhavo na contestação por si apresentada.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexistem.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Na fase processual em que nos encontramos, na defesa dos interesses jurídicos do Município, por ora, não nos pronunciaremos.

10. Processo n.º 984/17.4 BEAVR-Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	Pascoal dos Reis Seavedra
Réu	AdRA
Chamado	Município de Ílhavo

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação veio o autor alegar que no dia 02 de dezembro de 2014, pelas 21 horas e 50 minutos, na Rua São Cristóvão, sita na freguesia da Gafanha da Nazaré, conduzia o seu veículo automóvel, no sentido Sul – Norte, quando, subitamente, embateu numa tampa de saneamento que se encontrava elevada em face do restante piso devido a intervenções encetadas ao nível do saneamento da qual a via estava a ser alvo. Não existindo naquele local qualquer sinalização de obra e, muito menos, qualquer sinal que alertasse os automobilistas para a perigosidade das condições da via durante a intervenção em apreço, pelo que imputa como causa para a responsabilidade pela produção dos danos sofridos à AdRA que estava a executar a obra e, subsidiariamente, ao Município de Ílhavo na qualidade de dono da mesma.

B. VALOR DA AÇÃO

28.031,64€ (vinte e oito mil e trinta e um euros e sessenta e quatro centimos) [4.856,64€ a título de indemnização pelos danos ocorridos na viatura + 22.175,00€ pelo dano da privação do uso do veículo + 1.000,00€ pelos danos não patrimoniais]

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Aguarda-se a designação de data para a realização da audiência prévia.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

A (eventual) responsabilidade do Município de Ílhavo encontra-se transferida para a Companhia de Seguros Caravela.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Em caso de condenação limitada ao valor da franquia do seguro.

11. Processo n.º 1194/18.4BEAVR-Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto

Autor	Alexandre Barbosa Borges, S.A.
Réu	Município de Ílhavo

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Pela presente ação veio a autora peticionar que seja reconhecida a prorrogação legal do prazo da empreitada, do anteriormente designado Centro Cultural da Gafanha da Nazaré, por 9 (nove) meses, e em virtude desse facto, o Município de Ílhavo condenado a pagar à autora a quantia de 513.783,29€ (quinhentos e treze mil, setecentos e oitenta e três euros e vinte e nove cêntimos), a título de sobrecustos suportados com a execução do contrato, acrescida de juros à taxa legal aplicável aos créditos de que são titulares as empresas comerciais, vencidos e vincendos até efetivo e integral pagamento.

B. VALOR DA AÇÃO

543.048,24€ (quinhentos e quarenta e três mil e quarenta e oito euros e vinte e quatro cêntimos)
[Valor ação 513.783,29€ + pedido reconvenicional 29.264,95€]

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Aguarda-se a designação de data para a realização da audiência prévia.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexiste.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Impossível estimar as probabilidades de sucesso da pretensão da autora.

12. Processo n.º 538/20.3BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	Município de Ílhavo
Réu	Eugénia Maria Gonçalves Gomes

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação o Município de Ílhavo vem requerer ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro que seja judicialmente decretada a ilicitude da extinção do vínculo com justa causa operada, por declaração, pela trabalhadora Eugénia Gomes.

O objeto do litígio consiste em aferir da ilicitude da declaração da ré de extinção do vínculo de emprego público com justa causa e da eventual obrigação da ré indemnizar o autor pelos prejuízos causados com essa ação, em montante calculado, nos termos do previsto pelo artigo 306.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, no montante de 33.604,48€.

A ré apresentou pedido reconvenicional, admitido nos autos, no qual reclama o direito de crédito sobre o autor Município de Ílhavo, nos seguintes termos: a título de indemnização pela extinção do vínculo com justa causa o montante de 43.431,52€; a título de danos não patrimoniais, o montante de 50.000,00€.

B. VALOR DA AÇÃO

127.036,00€ (cento e vinte e sete mil e trinta e seis euros) [Valor peticionado 33.604,48€ + valor reconvenicional 83.431,52€]

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Notificadas as partes do despacho saneador, o Município de Ílhavo procedeu à alteração do requerimento probatório. Deferida a prova pericial requerida, aguarda-se o relatório pericial a efetuar à autora.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexistem seguros ou outros mecanismos suscetíveis de transferir a responsabilidade a terceiros.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Os correspondentes à indemnização devida por despedimento com justa causa da trabalhadora (€43.431,52) e a indemnização por danos não patrimoniais peticionada (€50.000,00), no caso de ambos os pedidos reconvenicionais procederem.

13. Processo nº 2198/20.4BEPRT – Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto

Autor	Illipark – Parques de Estacionamento, Lda.
Réu	Município de Ílhavo

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação a autora vem invocar o facto de no âmbito do contrato de construção e exploração do Centro Cultural de Ílhavo [CCI] lhe ter sido garantido um determinado número de lugares de estacionamento para explorar, quer dentro do parque de estacionamento do CCI, quer no parque à superfície, designadamente, na Avenida 25 de abril, número esse que não corresponde ao que veio, efetivamente, a ser disponibilizado.

Invoca, ainda, o facto de o Município de Ílhavo não ter assegurado a fiscalização dos parcometros, competência que lhe imputa, pelo que considerando ser a receita de estacionamento no exterior perto de €0,00, deter a legitimidade para requerer o (re)equilíbrio financeiro do contrato petitionado através de uma indemnização correspondente a 4.175.908,55€ (quatro milhões, cento e setenta e cinco mil, novecentos e oito euros e cinquenta e cinco cêntimos).

B. VALOR DA AÇÃO

4.773.569,60€ (quatro milhões, setecentos e setenta e três mil, quinhentos e sessenta e nove euros e sessenta cêntimos) [4.175.908,55€ (valor petitionado) + 597.661,05€ (valor reconvenicional)]

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Aguarda-se o agendamento de data a designar a marcação da audiência prévia.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO.

Inexiste.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Impossível estimar as probabilidades de sucesso da pretensão da autora.

14. Processo n.º 55/21.4 BEAVR-Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	Luís António Castro Almeida
Réu	Câmara Municipal de Ílhavo
Réu	AON Portugal, S.A.
Interveniente	Município de Ílhavo

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação veio o autor peticionar ação administrativa de responsabilidade civil alegando que no dia 15 de dezembro de 2019, quando se dirigia para a sua embarcação, amarrada no cais dos pescadores da Costa Nova, caiu no final da rampa de acesso ao cais, após escorregar, colocando o pé num dos buracos que ali se apresentavam, na rampa de acesso, provocando-lhe lesões.

Imputa à Câmara Municipal de Ílhavo nunca ter cuidado, conservado e reparado aquele local, peticionando a quantia indemnizatória a título de danos patrimoniais de 185,00€ (cento e oitenta e cinco euros), a título de lucro cessante de 9.750,00€ (nove mil, setecentos e cinquenta euros), a título de danos não patrimoniais de 10.000,00€ (dez mil euros) e a título de compensação por auxílio de terceira pessoa de 1.000,00€ (mil euros).

B. VALOR DA AÇÃO

20.935,00€ (vinte mil, novecentos e trinta e cinco euros)

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Proferido despacho saneador, foi indeferido o chamamento requerido pelo Município de Ílhavo à companhia de seguros. O município interpôs recurso em separado para o Tribunal Central Administrativo Norte, o qual foi admitido, relativamente à inadmissibilidade do chamamento.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Ao não ser admitida a intervenção acessória da Caravela - Companhia de Seguros, S.A., em caso de condenação, a responsabilidade civil é imputada em exclusivo ao Município de Ílhavo.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Posição dependente do acórdão ao recurso apresentado em separado relativamente ao chamamento da companhia de seguros.

15. Processo n.º 14/22.0BEAVR – Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	José Carlos Rodrigues Matos
Réu	Município de Ílhavo, na pessoa do seu legal representante Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo

A. DESCRIÇÃO DO(S) LITÍGIO(S)

No processo supra identificado o requerente intenta ação administrativa de intimação para prestação de informações requerendo «a) autorização para que Exponente possa consultar o processo de expropriação para constituição do Parque de Ciência e Inovação que envolve a parcela 107; b) indicação de data e hora para o efeito;», lotes da Zona Industrial da Mota e/ou construções ali edificadas e tituladas por terceiros.»

B. VALOR DA AÇÃO

30.000,01€ (trinta mil euros e um cêntimo)

C. FASE PROCESSUAL DAS AÇÕES

O Município de Ílhavo, em requerimento de resposta, veio invocar a sua ilegitimidade passiva.

Em face do procedimento da ilegitimidade processual do Município para a presente intimação, o Tribunal absolveu-o da instância.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexistem.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

As custas judiciais ficaram a cargo do autor.

16. Processo n.º 475/21.0BEAVR-Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	AISI - Aços Inoxidáveis do Centro, Lda.
Réu	Município de Ílhavo, na pessoa do seu legal representante Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

No presente processo a autora intentou ação administrativa de intimação para prestação de informações requerendo as atas das reuniões da Câmara Municipal (sem as identificar) nas quais constem deliberações relativas à sociedade “RIATLANTE, [se] foi fixado algum prazo de início de

laboração no lote A-59, quais as diligências tomadas pelo Réu o para que a Riatlante iniciasse a laboração no lote A-59 e se foram encetadas diligências no sentido de exercer o seu direito de reversão sobre o referido lote” ou seja, as deliberações referentes ao grau de execução material dos projetos de investimento em curso na Zona Industrial da Mota e das situações irregulares, no que respeita ao lote A-59.

Mais requer a condenação, na pessoa do Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, no pagamento de sanção pecuniária compulsória de montante não inferior a 50,00€ (cinquenta euros), por cada dia de atraso no cumprimento da intimação.

B. VALOR DA AÇÃO

€5.000,01 (cinco mil euros e um cêntimo)

C. POSIÇÃO PROCESSUAL DA AÇÃO

O Município de Ílhavo procedeu à junção aos autos da documentação prestada pelos serviços administrativos do Município, o que em face desse comportamento processual, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro [TAF] veio de imediato a proferir sentença na qual, por entender ter se mostrado integralmente satisfeita a pretensão da requerente, declarou extinta a instância.

Em relação à sanção pecuniária compulsória, de igual modo requerida pela autora, o Tribunal acolheu os argumentos aduzidos pelo senhor presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, em exercício de funções, absolvendo-o desse pedido.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexistem.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Inexistem, considerando o teor favorável da sentença proferida.

17. Processo n.º 480/21.0BEAVR-Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	AISI - Aços Inoxidáveis do Centro, Lda.
Réu	Município de Ílhavo, na pessoa do seu legal representante Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

No presente processo a autora intenta ação administrativa de intimação para prestação de informações referente a alegado(s) acordo(s) “1. (...) celebrados com o Sr. Vitor de Oliveira e a sociedade RepAveiro; 2. Que seja emitida e enviada ao exponente uma cópia dos referidos acordos alcançados na reunião datada de 13.03.2009”.

Mais requereu a condenação, e a aplicação, na pessoa do Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, à data do petítório, Eng. Fernando Fidalgo Caçoilo, no pagamento de sanção pecuniária compulsória, de montante não inferior a 50,00€ (cinquenta euros), por cada dia de atraso no cumprimento da intimação.

B. VALOR DA AÇÃO

5.000,01€ (cinco mil euros e um cêntimo)

C. POSIÇÃO PROCESSUAL DA AÇÃO

Em 18.NOV.2021, o Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, Eng.º João António Filipe Campolargo foi notificado de despacho judicial, para, querendo, se pronunciar sobre a intenção do Tribunal determinar a aplicação de uma sanção pecuniária compulsória, a qual incidirá, nos termos legais, a título pessoal sobre o atual titular do órgão.

Em resposta, tempestivamente, o senhor presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, invocou, em suma, que nunca existiu, nem existirá da parte deste executivo camarário, a utilização de meios de dilação ou que visem dificultar o cumprimento de despachos judiciais e, não obstante a responsabilidade legal assentar no comportamento da Câmara Municipal no titular do órgão, nem ao senhor presidente cessante (terá respondido à autora), quer ao atual presidente da Câmara Municipal de Ílhavo (diligenciou internamente para serem prestadas as informações requeridas, obtendo como resposta dos serviços administrativos da inexistência no arquivo camarário dos alegados acordos informais), se lhes poderem imputar um juízo de censurabilidade à conduta processual e extraprocessual assumida pela impossibilidade em cumprir com o requerido e ordenado e, por assim ser, não se encontrarem preenchidos os pressupostos objetivos e subjetivos para a aplicação de sanção pecuniária compulsória.

Aduzindo a argumentação jurídica expendida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, o Tribunal indeferiu o pedido de condenação do Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, Dr. João Campolargo, em sanção pecuniária compulsória.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexistem.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Em face da decisão judicial supramencionada as responsabilidades que recairiam, única e exclusivamente, sobre o titular do órgão Câmara Municipal em exercício de funções deixam de existir.

18. Processo n.º 791/21.5BEAVR-Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	AISI - Aços Inoxidáveis do Centro Lda.
Réu	Câmara Municipal de Ílhavo

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

No presente processo a autora intenta ação administrativa de responsabilidade civil, peticionado que a Câmara Municipal de Ílhavo seja condenada a pagar-lhe a quantia de 80.637,39€ (oitenta mil, seiscentos e trinta e sete euros e trinta e nove cêntimos) a título de prejuízos causados com custos associados à elaboração dos projetos e da estrutura pré-fabricada em betão para execução da unidade industrial, a quantia de 620.200,00€ (seiscentos e vinte mil e duzentos euros) a título de custos associados à aquisição de máquinas e equipamentos para a frustrada laboração na unidade industrial, a quantia de 1.280.000,00€ (um milhão, duzentos e oitenta mil euros) a título de custos associados à perda da máquina Slitter e à reinstalação das máquinas Slitter e máquina Demis Top de esmerilar e, por último, a quantia de 503.090,00€ a título de lucro cessante pelo prejuízo da inatividade que alega.

B. VALOR DA AÇÃO

2.483.927,39€ (dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, novecentos e vinte e sete euros e trinta e nove cêntimos)

C. POSIÇÃO PROCESSUAL DA AÇÃO

A autora notificada da contestação/reconvenção do Município de Ílhavo apresentou Réplica às exceções e reconvenção invocadas/peticionada no referido articulado.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexistem.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Na fase processual em que nos encontramos, na defesa dos interesses jurídicos do Município de Ílhavo, por ora, não nos pronunciaremos.

19. Processo n.º 841/21.5T8ILH – Juízo de Competência Genérica de Ílhavo – Juiz 2, Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro

Autor	Frederico Lobo e Marques Henriques
Réus	Palmira Cirino Cova Município de Ílhavo

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

Na presente ação o autor peticiona a condenação solidária da ré PALMIRA CIRINO COVA e do réu MUNICÍPIO DE ÍLHAVO – por entender se encontrarem preenchidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual no âmbito de um acidente ocorrido no dia 6.JUL.2019 –, em indemnizá-lo pelos alegados danos patrimoniais e não patrimoniais por si sofridos, em montante global de €16.000,00 (dezasseis mil euros).

B. VALOR DA AÇÃO

16.000,00€ (dezasseis mil euros)

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Aguarda-se despacho sobre a invocada exceção de incompetência material arguida pelo Município e/ou a designação de data para a realização da audiência prévia.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

O Município de Ílhavo, em sede de contestação, requereu o chamamento da seguradora cuja responsabilidade pretende ver transferida em caso de condenação.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

Dependente da admissibilidade do chamamento e da posição judicial relativamente às várias exceções arguidas.

20. Processo n.º 86/22.7BEAVR – Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro

Autor	AISI – Aços Inoxidáveis do Centro, Lda.
Réus	Município de Ílhavo, na pessoa do seu legal representante Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo

A. DESCRIÇÃO DO LITÍGIO

No presente processo de intimação para prestação de informações, a autora, uma vez mais, vem requerer certidão de toda a documentação que a Câmara Municipal de Ílhavo tenha em sua posse, relacionada com os acordos celebrados com o Sr. Vítor de Oliveira e a sociedade RepAveiro, na sequência da reunião realizada em 13 de março de 2009.

Mais requereu a condenação, no pagamento de sanção pecuniária compulsória, de montante não inferior a 50,00€ (cinquenta euros), por cada dia de atraso no cumprimento da intimação.

B. VALOR DA AÇÃO

30.000,01€ (trinta mil euros e um cêntimo)

C. FASE PROCESSUAL DA AÇÃO

Encontra-se a decorrer prazo para o senhor Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo responder ao requerido pela autora.

D. EVENTUAL EXISTÊNCIA DE COBERTURA DE SEGURO OU DE OUTROS MECANISMOS SUSCETÍVEIS DE TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE E/OU DIREITO DE REGRESSO SOBRE TERCEIRO

Inexistem.

E. PARECER QUANTO À ESTIMATIVA DE RESPONSABILIDADES (INCLUINDO CUSTAS JUDICIAIS E OUTROS ENCARGOS)

As responsabilidades que possam recair são única e exclusivamente sobre o titular do órgão Câmara Municipal em exercício de funções.

3. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Em cumprimento do previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cumpre-nos dar conta dos principais dados financeiros da Câmara Municipal de Ílhavo, reportados a 31 de dezembro de 2021, com uma comparação com os dados homólogos de 2020 e 2019, que permita uma análise mais sustentada da evolução ao longo deste período de tempo.

Na presente decomposição pretendemos mostrar uma análise económico-financeira, orçamental e de custos por funções pormenorizada do exercício de 2021, a qual foi elaborada de acordo com o estabelecido no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que veio uniformizar os procedimentos entre os diversos setores da administração pública.

Acresce referir que os dados relativos a 2021 são ainda previsionais dado que se encontram a decorrer as denominadas operações de verificação, correção e apuramento.

Naturalmente, os dados finais da Prestação de Contas serão apresentados à Assembleia Municipal na sua sessão do mês de abril.

Relembramos que o Município de Ílhavo cumpre com as regras previsionais na elaboração dos seus documentos previsionais e apresenta elevadas percentagens de execução, quer da receita quer da despesa, o que se traduz numa meritória performance orçamental.

3.1 ANÁLISE ORÇAMENTAL

RECEITA

A percentagem de execução da receita cobrada líquida no final do mês de dezembro de 2021 é de 90,36% quando o grau de execução nos períodos homólogo de 2019 e 2020, cifravam-se em 88,76% e 85,65%, respetivamente, denotando-se um acréscimo quando comparado com o período precedente, contribuindo, para o efeito, o aumento registado na rubrica transferências de capital, proveniente da arrecadação de receita respeitante a fundos comunitários, que neste período atingiu cerca 3,5M€, quando em igual período de 2020 esse valor cifrava-se em aproximadamente de 1,5 milhões de euros.

A Lei de Finanças Locais estabelece como regra orçamental uma taxa de execução superior a 85% da receita prevista no respetivo orçamento, pelo que se regista o cumprimento deste indicador legal.

Numa análise mais detalhada, verifica-se na rubrica rendimentos de propriedade com 105,53%, sendo que nesta se contabiliza a receita proveniente da renda de concessão de iluminação pública assim como o valor referente à prestação semestral referente à cessão de exploração do Museu da Vista Alegre.

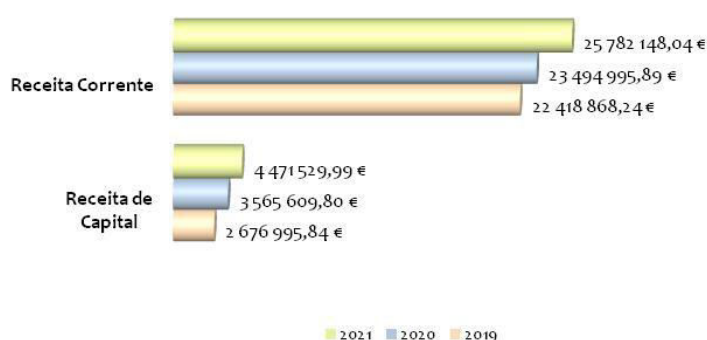
Destaca-se ainda uma percentagem de 99,28% na rubrica de taxas, multas e outras penalidades e de 98,75% em transferências correntes, nesta última verifica-se um aumento de arrecadação da receita justificado pelos montantes transferidos no âmbito da transferência de competências na área da educação.

As rubricas de vendas de bens e serviços correntes (94,05%) e de bens de investimento (32,35%), sendo que na primeira os valores mais significativos resultam das receitas provenientes do serviço de captação de água, faturado à AdRA, e pelos valores recebidos desta entidade respeitantes às cobranças de resíduos sólidos urbanos (RSU) e das taxas de gestão de resíduos (TGR), e na segunda rubrica, pelos montantes procedentes da venda de lotes e terrenos.

Verifica-se ainda que a percentagem de execução dos impostos diretos, atingindo os 101,82%, no qual se enquadra a receita proveniente do IMI, IMT, IUC e derrama.

Como já referido, com uma percentagem de execução superior, quando comparada com os exercícios anteriores, temos as transferências de capital (62,82%), fruto do valor arrecadado, durante o período em análise, de verbas comunitárias de obras participadas, algumas das quais no âmbito da parceria existente com Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), destacando-se a reabilitação do antigo quartel dos bombeiros, requalificação do espaço urbano central, requalificação do bairro dos pescadores, requalificação dos acessos e zona verde junto ao CIEMAR, beneficiação do Navio Museu Santo André, requalificação do Parque da Malhada, corredores cicláveis, entre outros.

O gráfico infra mostra-nos a evolução das receitas correntes e de capital no final do mês de dezembro dos anos de 2019 a 2021:



DESPESA

A percentagem de execução da despesa no final de novembro é de 78,91% (consideram-se aqui os pagamentos e não os compromissos), quando em período homólogo de 2020 era de 77,38% e em 2019 atingiu os 81,88%. Em semelhança à percentagem de execução da receita, verifica-se também do lado da despesa um acréscimo quando comparado com o período anterior.

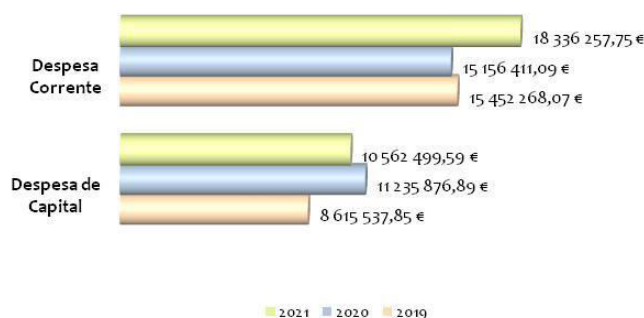
Destacam-se as rubricas despesas com pessoal com 95,80%, aquisição de bens e serviços com 74,74%, transferências correntes e de capital com 67,36% e 96,01%, respetivamente.

Quanto às despesas com o pessoal o aumento registado, significativamente superior ao valor registado em 2020, deve-se, fundamentalmente, à transferência de competências na área da educação, ficando o município com a responsabilidade desse encargo.

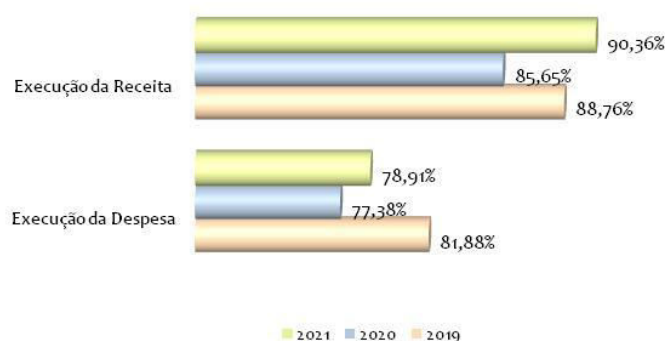
A rubrica aquisição de bens de capital com uma despesa na ordem dos 7 milhões de euros, inferior em 700 mil euros, quando comparado com período correspondente de 2020, deve-se à realização e/ou conclusão de várias obras, sendo que parte significativa destas são comparticipadas por fundos comunitários.

De igual forma, as rubricas juros e outros encargos e passivos financeiros apresentam taxas de execução de 62,81% e 99,74%, nas quais se encontram registadas os encargos com os juros e amortizações de capital de empréstimos bancários, respetivamente. Salienta-se ainda que no decorrer do presente ano foi amortizado a totalidade de um empréstimo concedido pela Caixa Geral de Depósitos e que no final de 2022 apenas ficará por amortizar um único empréstimo, sendo que os restantes serão totalmente liquidados durante o exercício que agora se inicia.

O gráfico infra mostra-nos a evolução das despesas correntes e de capital no final do mês de dezembro dos anos de 2019 a 2021:



Como referido anteriormente, as taxas de execução das receitas e das despesas têm sofrido ligeiras oscilações, com uma tendência homogénea, ao longo do último triénio, conforme demonstramos no gráfico que se segue:



3.2 ANÁLISE FINANCEIRA

RENDIMENTOS

Os rendimentos cifram-se, no final do exercício, em 25.244.237,80€, comparando-se com os 25.051.258,41€ em 2020 e 24.258.831,03€ em 2019, constatando-se, em termos absolutos, um valor muito idêntico quando comparado com o período homólogo antecedente, pese embora ainda decorram as regularizações finais de exercício.

Verifica-se um aumento substancial na rubrica transferências e subsídios obtidos, com um crescimento em cerca de 1,9 milhões de euros, quando comparado com o período homólogo de 2020, fruto da já referida transferência de competências.

Em sentido inverso, o decréscimo verificado, de 2020 para 2021, na rubrica de vendas e prestações de serviços, resulta da não contabilização do valor de resíduos sólidos urbanos e da taxa de gestão de resíduos respeitante ao período de dezembro, cujo montante será comunicado em tempo oportuno pela entidade AdRA, e que ascende, previsivelmente, a 130 mil euros. Para além do referido, nota-se uma diminuição em cerca de 1,4M€ na rubrica de proveitos e ganhos financeiros/extraordinários, relativamente a 2020, justificados, essencialmente, pela arrecadação de receitas procedentes da venda de lotes e terrenos que ascendeu a aproximadamente 600 mil euros e da receita extraordinária consequente da utilização de uma garantia bancária, no valor de 700 mil euros, ambas ocorridas em 2020.

Porém, encontra-se por realizar diversos lançamentos de regularização de fecho de exercício, designadamente os que respeitam à imputação anual de proveitos de financiamentos obtidos.

GASTOS

Dado que ainda não se encontram apuradas as amortizações/provisões do exercício de 2021, analisam-se os valores sem aqueles custos nem o valor de resultados líquidos.

Tendo em consideração o suprarreferido, os gastos apresentam em termos absolutos, em comparação com os dados do exercício anterior, um aumento justificado de seguida.

A rubrica de fornecimento e serviços externos obteve um acréscimo de 870 mil euros, fruto da retoma de atividades que haviam sido canceladas em 2020 consequência da pandemia COVID-19. Se compararmos a mesma rubrica com os valores acumulados de 2019, essa oscilação é residual.

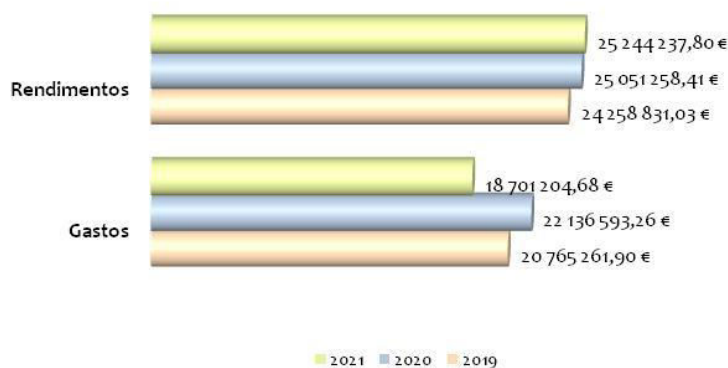
Contudo, refira-se que pela análise dos montantes registados nos últimos exercícios, particularmente na rubrica mencionada no último parágrafo, onde se encontram incluídas as despesas correntes como a aquisição de bens e serviços, conclui-se que para uma gestão equilibrada, sólida e viável dos recursos da Câmara Municipal torna-se imprescindível afetar a despesa a esta ordem de grandeza, mantendo, no entanto, a preocupação de reduzir custos sempre que tal seja possível sem prejudicar o normal funcionamento dos serviços.

Os encargos com a transferência de competência, o reforço de pessoal, a política de mobilidade entre carreiras, impeliram a uma variação em cerca de 700 mil de euros na rubrica gastos com o pessoal, quando comparada com igual período de 2020. Não obstante, ainda falta apurar o valor a contabilizar de acréscimo de gastos respeitante à estimativa de férias e subsídio de férias a liquidar em 2022.

Quanto às transferências de capital concedidas, o aumento registado resulta, em parte, pelo apoio extraordinário para as obras de reabilitação do exterior da Igreja Matriz de Ílhavo e pelo restauro do espólio religioso que a integrar o Centro para a Valorização e Interpretação da Religiosidade Ligada ao Mar. A acrescer ao referido, as transferências concretizadas para as freguesias e para os bombeiros, no final do ano, foram superiores em comparação com o mesmo período do exercício antecedente.

Como referido anteriormente, os valores aqui mencionados estão sujeitos a alterações por força das operações de fecho de contas que vão decorrer, previsivelmente, até ao final do próximo mês de março.

Da análise do gráfico que se segue verificamos as flutuações ocorridas, entre 2019 e 2021, no total dos rendimentos e gastos.



ANÁLISE DE CUSTOS POR FUNÇÕES

A contabilidade de custos do município assenta igualmente numa classificação funcional dos mesmos. Assim, pode-se quantificar os objetivos a atingir pela autarquia, nos mais diversos níveis, planificar a sua atividade, conhecer o seu contributo para o desenvolvimento, nas áreas de intervenção e na prossecução das suas atribuições, possibilitando assim obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção que são: as funções gerais, sociais, económicas e outras funções e na prossecução das suas atribuições.

Podemos destacar, conforme quadro seguinte, cujos valores se encontram agregados por funções, que o peso das funções gerais corresponde a 25,52% do total dos custos, que representam cerca de 3,6 milhões de euros, sendo que este grupo integra, para além de outros, os encargos que contribuem para a melhoria das condições de trabalho e os que respeitam à organização intermunicipal onde se incluem inúmeros projetos com a acesso a fundos comunitários.

As funções sociais cifram-se aproximadamente em 9,2 milhões de euros, correspondendo a 64,65% dos custos do município. A rubrica dos resíduos sólidos contribuiu com 28,87% do total dos custos desta função, assumindo aproximadamente 2,7 milhões de euros, e a do ensino não superior contribuiu pouco acima de 19%, cerca de 1,8 milhões euros.

Se analisarmos as funções económicas concluímos que representam 850 mil de euros, 5,96%, sendo que a rubrica dos transportes rodoviários absorve uma parte significativa da totalidade das despesas desta função, correspondendo a 528 mil euros.

Por fim, as outras funções, na qual se enquadra os apoios às freguesias, têm um impacto de 3,86% do valor do total dos custos deste município, encontrando-se totalmente executados 550 mil de euros.

Analisando o quadro infra verificamos que o somatório dos custos respeitantes às funções gerais e sociais representa 90,17% dos custos totais.

CUSTOS POR FUNÇÕES – DEZEMBRO						
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2021			%	%
		Dotação Atual (1)	Compromisso (2)	Pagamento (3)	(2/1)	(3/2)
1.	FUNÇÕES GERAIS	5 071 900,00 €	4 345 021,37 €	3 632 715,71 €	86%	84%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	4 792 900,00 €	4 084 666,64 €	3 393 708,50 €	85%	83%
1.2.1.	PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	279 000,00 €	260 354,73 €	239 007,21 €	93%	92%
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	12 015 550,00 €	10 987 147,76 €	9 200 832,64 €	91%	84%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	2 423 750,00 €	2 211 283,04 €	1 772 451,35 €	91%	80%
2.2.0.	SERVIÇOS COLETIVOS DE SAÚDE	3 750,00 €	3 290,50 €	3 172,50 €	88%	96%
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	65 200,00 €	64 405,94 €	64 405,94 €	99%	100%
2.3.2.	AÇÃO SOCIAL	517 700,00 €	452 120,78 €	410 566,66 €	87%	91%
2.4.1.	HABITAÇÃO	60 000,00 €	43 857,89 €	43 857,89 €	73%	100%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1 583 000,00 €	1 242 263,71 €	1 109 667,83 €	78%	89%
2.4.3.	SANEAMENTO	1 169 000,00 €	1 150 337,87 €	648 220,93 €	98%	56%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	2 000,00 €	787,45 €	787,45 €	39%	100%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	2 907 800,00 €	2 905 385,15 €	2 656 229,78 €	100%	91%
2.4.6.	PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	548 000,00 €	504 326,45 €	457 456,02 €	92%	91%
2.5.1.	CULTURA	1 387 100,00 €	1 137 621,36 €	894 430,50 €	82%	79%
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	1 074 000,00 €	1 045 290,39 €	920 699,11 €	97%	88%
2.5.3.	OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	274 250,00 €	226 177,23 €	218 886,68 €	82%	97%
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	1 534 300,00 €	1 170 441,73 €	848 953,45 €	76%	73%
3.1.1.	ESTRUTURAS DE APOIO A ATIVIDADES DOS PESCADORES	158 000,00 €	124 077,20 €	121 352,75 €	79%	98%
3.2.1.	ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS LIGADOS ABASTECIMENTO	23 500,00 €	- €	- €	0%	0%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	893 000,00 €	764 368,73 €	528 163,02 €	86%	69%
3.4.0.	COMÉRCIO	100 000,00 €	10 000,00 €	6 552,86 €	10%	66%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	26 000,00 €	16 927,44 €	5 595,52 €	65%	33%
3.4.2.	TURISMO	333 800,00 €	255 068,36 €	187 289,30 €	76%	73%
4.	OUTRAS FUNÇÕES	550 000,00 €	550 000,00 €	550 000,00 €	100%	100%
4.2.1.	JUNTAS DE FREGUESIA	550 000,00 €	550 000,00 €	550 000,00 €	100%	100%
TOTAL:		19 171 750,00 €	17 052 610,86 €	14 232 501,80 €	89%	83%

Da análise evolutiva da repartição dos custos pelas funções verificamos um aumento do total dos pagamentos de 2020 para 2021, conforme quadro seguinte.

EVOLUÇÃO E MÉDIA DOS CUSTOS POR FUNÇÕES NO ÚLTIMO BIÊNIO – PAGAMENTO		
	2021	2020
Funções Gerais	3 632 715,71 €	5 179 117,99 €
Funções Sociais	9 200 832,64 €	7 306 531,53 €
Funções Económicas	848 953,45 €	826 754,75 €
Outras Funções	550 000,00 €	520 000,00 €
TOTAL CUSTOS POR FUNÇÕES	14 232 501,80 €	13 832 404,27 €

As funções gerais apresentam um decréscimo em cerca de 29,86% comparativamente com o ano anterior, esta diminuição foi registada na rubrica administração geral que passou de 5,0 milhões euros em 2020 para 3,4 milhões euros em 2021.

Ao analisarmos as funções sociais, que tiveram o acréscimo significativo de custos na ordem de 26%, destacamos os incrementos nas rubricas de serviços individuais de saúde, habitação, ordenamento do território, saneamento, resíduos sólidos, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, desporto recreio e lazer e outras atividades cívicas e religiosas, face a 2020.

Verifica-se uma ligeira diminuição, na ordem de 5%, registado nas funções económicas, concorrendo para esse facto os pagamentos, no ano transato, respeitantes à função de estabelecimentos industriais ligados ao abastecimento, justificado pela restituição de sinal entregue para aquisição de lotes e serviços de terraplanagem na zona industrial da Mota.

Por fim, as outras funções, com um aumento de cerca de 5,77%, evidenciam os valores liquidados, em 2020 e 2021, no âmbito dos apoios concedidos às freguesias

DÍVIDA

MAPA DE EVOLUÇÃO DA DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO			
Descrição	2019 (valores acumulados)		2020 (valores acumulados)
	dezembro		dezembro
Dívida de Curto Prazo			
Fornecedores	941 416,55	819 057,11	242 213,88
Subtotal Curto Prazo	941 416,55	819 057,11	242 213,88
Dívida de Médio e Longo Prazo			
Empréstimos	6 311 407,61	4 638 389,53	3 186 915,39
Subtotal Médio e Longo Prazo	6 311 407,61	4 638 389,53	3 186 915,39
TOTAL DA DÍVIDA:	7 252 824,16	5 457 446,64	3 429 129,27

MAPA DE EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA					
Descrição	2019 (valores acumulados)		2020 (valores acumulados)		2021 (valores acumulados)
	dezembro		dezembro		dezembro
	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações
Serviço da Dívida					
Empréstimos	3 051 443,49	58 219,52	1 673 018,08	37 883,89	1 451 474,14
TOTAL:	3 051 443,49	58 219,52	1 673 018,08	37 883,89	1 451 474,14

Continua-se a verificar um baixo valor da dívida total, filosofia que vamos continuar a pautar na parte respeitante à dívida a fornecedores e iremos refletir sobre a necessidade ou não do recurso a financiamento bancário para fazer face a investimentos que consideramos importantes e que serão realidade já a partir do final deste ano, referindo ainda que, atualmente, o Município de Ílhavo encontra-se excluído da aplicação da denominada Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, por força do cumprimento dos requisitos referidos no n.º 5 do art. 82.º da LOE2018, nomeadamente, de prestação de informação ao Tribunal de Contas e DGAL, bem como com o cumprimento dos limites legais de endividamento previstos no art. 52.º da Lei 73/2013.

A dívida a fornecedores cifra-se em 240 mil euros no final de dezembro de 2021, inferior em 580 mil euros quando comparado com o período homólogo de 2020, e inferior em cerca de 700 mil euros estabelecendo paralelismo com igual período de 2019. Neste cenário, falta a inclusão das faturas rececionadas em 2022, com data de emissão de 2021, cuja contabilização encontra-se pendente dos procedimentos de fecho de exercício. Após esse apuramento, a dívida a fornecedores será naturalmente superior ao ora registado.

Refira-se ainda que será filosofia deste executivo manter um curto prazo de pagamento a fornecedores.

A dívida a entidades bancárias cifra-se no final de novembro em 3.186.915,39€.

Comparando com o exercício de 2020 o valor da dívida a entidades bancárias decresceu em cerca de 1,4M€.

Nesta tipologia de dívida – empréstimos bancários – o Município de Ílhavo vai continuar a cumprir escrupulosamente o serviço da dívida e consequentemente a amortizar o capital em dívida. Tal como anteriormente referido, foi amortizado na sua totalidade, no ano em apreço, um empréstimo contraído à CGD.

Assim, a dívida total do Município a fornecedores e entidades bancárias é de 3,4M€ em 2021, contra 5,4M€ em 2020 e 7,2M€ em 2019. De outra forma podemos dizer que o Município ao cumprir com o seu serviço de dívida, reduziu em cerca de 2,0M€ a sua dívida total entre dezembro de 2020 com o período homólogo de 2021.

Pela análise do gráfico infra verificamos a oscilação registada na rubrica de fornecedores, que demonstra uma ligeira flutuação em paralelismo com os exercícios anteriores, bem como no contínuo decréscimo da rubrica de empréstimos, ao longo dos últimos anos.



EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, no seu artigo 40.º, determina ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Assim, e aliado ao bom desempenho financeiro do Município de Ílhavo evidenciado pela poupança corrente no exercício de 2021, no valor de 7,8 milhões de euros, destaca-se ainda no final do ano referido a margem de 6,5 milhões de euros obtidos através do apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL - NOS TERMOS DA LEI 73/2013	
RUBRICAS	VALOR
Receitas Correntes Cobradas Brutas	26 125 108,57 €
Despesas Correntes Pagas	18 336 257,75 €
Saldo Corrente	7 788 850,82 €
Amortização Média dos EMLP	1 291 827,90 €
SALDO DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	6 497 022,92 €

Este saldo de equilíbrio orçamental, permite então, potenciar o investimento a realizar pelo município e o apoio ao tecido associativo numa lógica de equilíbrio orçamental e equidade das gerações futuras, princípios fundamentais que devem regular a atividade financeira das autarquias.

OUTROS INDICADORES

O Município de Ílhavo tem participações sociais no capital de quatro entidades (AdRA, PCI, Município e AdCL).

Encontra-se de igual forma registado nesta rubrica o montante de 743.593,50€, cujo valor foi revisto de acordo com o artigo n.º 303 da Lei 114/2017 (OE2018), de 29 de dezembro, e que corresponde à contribuição do Município no âmbito da realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM), já totalmente realizado.

Sem prejuízo do acima referido, o município participa ainda num conjunto vasto de Associações e Entidades, pagando, em regra, a quota anual.

Nos termos da Lei n.º 73/2013, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, e de acordo com o artigo 52.º, a dívida total de operações orçamentais do Município não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a receita corrente líquida cobrada nos três últimos exercícios.

Ora, os valores indicam que, no final do exercício de 2021, após término das operações de fecho, a dívida total de operações orçamentais do Município, é significativamente inferior à média das receitas correntes dos últimos três anos, prevendo-se manter num resultado próximo de ¼ do limite legal, o que se traduz num excelente indicador.

O atual executivo pretende que a execução da sua receita se aproxime dos 100% ao longo deste mandato, para que os seus documentos previsionais espelhem de forma mais fiel a sua realidade.

Em 2021, como referido acima, foi de 90,36%.

De acordo com a Lei n.º 8/2012, e à semelhança de exercícios anteriores, a Câmara Municipal de Ílhavo não apresenta pagamentos em atraso, isto é, não tem contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou em documentos equivalentes.

Ílhavo e Paços do Município, 21 de fevereiro de 2022

O Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo



JOÃO ANTÓNIO FILIPE CAMPOLARGO, Presidente da Câmara
Assinatura Digital Qualificada